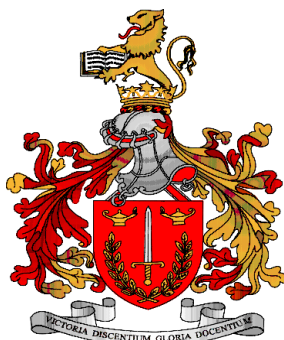


**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



**Marta Filipa Carvalho Duarte**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Trabalho de Projeto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Dispensa de Comparência da Testemunha  
Policial na Audiência de Julgamento em Processo  
Sumário**

– Arguidos Detidos por Condução de Veículo em Estado de  
Embriaguez ou Condução de Veículo sem Habilitação Legal –

Orientador

**Superintendente Paulo Manuel Pereira Lucas**

Lisboa, 26 de abril de 2012





**Estabelecimento de Ensino:** Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Autor:** Marta Filipa Carvalho Duarte

**Título da obra:** Dispensa de comparência da testemunha policial na audiência de julgamento em processo sumário – arguidos detidos por condução em veículo em estado de embriaguez ou condução de veículo sem habilitação legal

**Orientador:** Superintendente Paulo Manuel Pereira Lucas

**Local de edição:** Lisboa

**Data de edição:** abril de 2012



## **Dedicatória**

*Dedico este trabalho de final de curso aos meus pais, irmão, e namorado, que de muitas formas me incentivaram e ampararam para que fosse possível a sua concretização.*

## **Agradecimentos**

A dissertação que agora se apresenta resulta de um longo e árduo caminho percorrido durante os cinco anos do CFOP, mas acima de tudo, representa a expressão de um trabalho e conquista pessoais alcançados com enorme dedicação e empenho. Muitas foram as pessoas que me apoiaram na elaboração deste trabalho e ao longo destes cinco anos, expressando por isso a todos a minha mais profunda gratidão.

Agradeço ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e a todos que nele trabalham, por toda a formação profissional e pessoal que me concederam.

Ao XXIV CFOP pelos bons e maus momentos, pela partilha de experiências e pela camaradagem ao longo destes cinco anos.

Ao meu orientador, Superintendente Paulo Manuel Pereira Lucas, pela partilha do saber e as valiosas contribuições para o trabalho, mas acima de tudo, pela atenção e disponibilidade demonstradas ao longo da sua elaboração.

Ao Diretor Nacional da PSP Superintendente-Chefe Paulo Valente Gomes e à Procuradora Geral Distrital de Lisboa Dra. Francisca Van Dunen pela disponibilidade durante as entrevistas realizadas e pela informação concedida que em muito contribuiu para enriquecer o presente trabalho.

Aos meus pais, por sempre terem acreditado no êxito da filha, pelo amor, alegria e atenção sem reservas, pelo incentivo e apoio ao longo destes anos.

Ao meu irmão, Ricardo, pelo carinho e força que me dá, por estarmos sempre juntos nos momentos mais importantes.

Ao meu namorado, Luís, por todo incentivo e motivação, por compreender as minhas irritações e frustrações ao longo deste trabalho, pela amizade, carinho e amor sempre demonstrados, por "contar" sempre contigo!

Às minhas amigas (Daniela, Samanta, Ana, Catarina, Tânia, Cláudia e Gonçalves) pela amizade, pelos sorrisos, pelo apoio e preocupação, pelas grandiosas lembranças que serão eternamente guardadas no coração.

A todos o meu muito obrigada!

*"Para realizar grandes conquistas,  
devemos não apenas agir, mas também  
sonhar; não apenas planejar, mas também  
acreditar."*

Anatole France

## Resumo

A larga maioria dos processos existentes no Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa são relativos a detenções por condução de veículo em estado de embriaguez ou condução de veículo sem habilitação legal. A análise e implementação da dispensa de comparência do elemento policial na audiência de julgamento, constitui assim matéria de extrema importância para a Justiça em geral e a Polícia de Segurança Pública em particular

O trabalho que se apresenta teve por base a aplicação de entrevistas e análise estatística através do estudo dos processos consultados a partir do sistema informático do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa e do Tribunal da Comarca de Amadora e tem como principal objetivo demonstrar que a presença do elemento policial em Tribunal deve ser dispensada sempre que estejam presentes as necessárias provas materiais e a prova testemunhal seja considerada prescindível.

Na análise estatística foram estudados 554 processos e os resultados permitem-nos concluir que o número de horas despendidas em tribunal pelos elementos policiais são incommensuráveis e poderiam ser revertidas em serviço efetivo, o que permitiria não só uma maior eficácia, simplicidade e celeridade do sistema, nunca pondo em causa os direitos de defesa do arguido, mas também uma maior preocupação com outro tipo de crimes e um maior rendimento para o serviço policial.

**Palavras-chave:** Dispensa, Testemunha Policial, Julgamento e Eficácia Policial.

## Resume

The vast majority of existing processes in Tribunal de Pequena Instancia Criminal de Lisboa are related to arrests for driving a vehicle while intoxicated or driving without legal requirements, analysis and implementation of the waiver of the police officer at the trial, is a matter of extreme importance to the courts in general and the Polícia de Segurança Pública in particular.

This work is based on the application of interviews and statistical analysis through the study of cases referred from the computer system Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa and the Tribunal da Comarca de Amadora and had as main objective to demonstrate that the presence of the police officer in Court should be waived whenever there are present the necessary evidences and testimony is considered expendable.

In the statistical analysis there were 554 cases studied and the results allow us to conclude that the number of hours spent in court by police officers are immeasurable and could be reversed in actual service, which would not only be more efficient, simpler and with a faster system, without jeopardizing the rights of the accused, but also a greater concern for other crimes and a higher yield for the police service.

**Key-Words:** Exemption, Police Witness, Judgment and Police Effectiveness.

# Índice

<b>Dedicatória .....</b>	<b>iii</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>iv</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>vi</b>
<b>Resume.....</b>	<b>vii</b>
<b>Índice .....</b>	<b>viii</b>
<b>Lista de Siglas e Abreviaturas .....</b>	<b>x</b>
<b>Lista de Gráficos.....</b>	<b>xi</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Crimes Rodoviários.....</b>	<b>6</b>
1.1. Crime de condução de veículo em estado de embriaguez .....	6
1.1.1. Tipo Legal e elementos objetivos.....	6
1.1.1.1. Conceito de condução e de veículo rodoviário.....	7
1.1.1.2. Conceito de via pública ou equiparada.....	8
1.1.1.3. Conceito de alcoolismo e estado de embriaguez .....	9
1.1.1.4. O Agente do Crime.....	10
1.1.2. Elemento subjetivo do ilícito penal .....	10
1.1.3. Consumo de álcool e a condução de veículos .....	11
1.1.4. Métodos e procedimentos para a determinação da taxa de álcool no sangue 12	
1.1.5. Penas e medidas de segurança aplicáveis .....	16
1.2. Crime de condução de veículo sem habilitação legal.....	17
1.2.1 Tipo Legal e elementos objetivos.....	17
1.2.1.1 Conceito de condução.....	18
1.2.1.2 Conceito de veículo a motor.....	18
1.2.1.3 Conceito de falta de habilitação legal.....	19
1.2.1.4 Conceito de via pública ou equiparada.....	19
1.2.1.5 Conceito de agente do crime .....	20
1.2.2 Títulos que habilitam a condução de veículos a motor .....	20
1.2.3 Penas e medidas de segurança aplicáveis .....	21
<b>Capítulo II – Breve abordagem Processual Penal .....</b>	<b>22</b>
2.1. Detenção .....	22
2.1.1 Conceito de detenção.....	22
2.1.2 Finalidades da detenção.....	23
2.1.3 Da detenção em flagrante delito .....	24
2.1.3.1 Conceito de flagrante delito.....	24
2.1.3.2 Detenção em flagrante delito.....	25
2.1.4 Da detenção fora de flagrante delito.....	25
2.1.4.1 Pressupostos materiais.....	26
2.1.4.2 Pressupostos formais .....	27
2.1.5 Dever de comunicação.....	27
2.2 O processo sumário .....	28
2.2.1 Tramitação do processo .....	29



2.2.2	Arquivamento e suspensão do processo .....	29
2.3	A prova .....	30
2.3.1	Tipos de prova .....	31
2.3.1.1	Prova direta e prova indireta.....	31
2.3.1.2	Prova pessoal e prova real .....	31
2.3.2	O tema da prova.....	32
2.3.3	Os princípios da prova.....	33
2.3.3.1	Princípio da presunção de inocência .....	33
2.3.3.2	Princípio in dubio pro reo .....	33
2.3.3.3	Princípio da investigação.....	34
2.4	Os meios de prova .....	34
2.4.1	A prova testemunhal .....	34
2.5	Os meios de obtenção de prova .....	35
2.5.1	Os exames.....	36
2.5.2	Exames para detecção de álcool nos condutores.....	37
2.6	A atuação dos órgãos de Polícia Criminal.....	37
	Os órgãos de Polícia Criminal são, segundo o art.º 1º al. c) do CPP, “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código”.....	37
2.6.1	Auto de Notícia.....	38
<b>Capítulo III – Dispensa de comparência da testemunha policial na audiência de julgamento em processo sumário .....</b>		<b>41</b>
<b>Capítulo IV – Relevância da testemunha policial nos processos-crime de condução de veículo em estado de embriaguez e condução de veículo sem habilitação legal. 45</b>		
4.1.	Objetivos do estudo e hipóteses.....	45
4.2.	Tipo de estudo e instrumentos de recolha de dados .....	45
4.3.	Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa.....	47
4.3.1.	População e amostra .....	47
4.4.	Tribunal da Comarca de Amadora.....	48
4.4.1.	População e amostra .....	48
4.5.	Considerações e Procedimentos .....	49
<b>Capítulo V – Apresentação, análise e discussão dos resultados .....</b>		<b>51</b>
5.1.	Perceção da relevância da presença do elemento policial em tribunal.....	51
5.2.	Demonstração do número de horas despendidas em julgamento e que poderiam corresponder a horas de serviço efetivo .....	54
<b>Bibliografia.....</b>		<b>59</b>

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

**AJ** – Autoridade Judiciária

**ANSR** – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

**APC** – Autoridade de Polícia Criminal

**CC** – Código Civil

**CE** – Código da Estrada

**CP** – Código Penal

**CPP** – Código Processo Penal

**CRP** – Constituição da República Portuguesa

**INML** – Instituto Nacional de Medicina Legal

**JIC** – Juíz de Instrução Criminal

**MP** – Ministério Público

**OPC** – Órgão de Polícia Criminal

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**TAS** – Taxa de Álcool no Sangue

**TIR** – Termo de Identidade e Residência

**TPICL** – Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1: Decisão final dos processos no TPICL;

Gráfico 2: Decisão final dos processos no TPICL por tipo de crime;

Gráfico 3: Crime de condução de veículo em estado de embriaguez no TPICL – População e amostra estudada;

Gráfico 4: Crime de condução de veículo sem habilitação legal no TPICL – População e amostra estudada;

Gráfico 5: Crime de condução de veículo em estado de embriaguez no Tribunal da Comarca de Amadora – População e amostra estudada;

Gráfico 6: Crime de condução de veículo sem habilitação legal no Tribunal da Comarca de Amadora – População e amostra estudada;

Gráfico 7: Número de vezes que a testemunhal policial foi ouvida nos processos sumários julgados no TPICL;

Gráfico 8: Situações em que a testemunha policial é ou não ouvia no crime de condução de veículo em estado de embriaguez no TPICL;

Gráfico 9: Situações em que a testemunha policial é ou não ouvia no crime de condução de veículo sem habilitação legal no TPICL;

Gráfico 10: Número de vezes em que foi requerida a presença da testemunhal policial nos processos sumários julgados no Tribunal da Comarca de Amadora;

Gráfico 11: Situações em que a audiência de julgamento foi adiada e requerida a presença da testemunha policial no Tribunal da Comarca de Amadora;

Gráfico 12: Horas despendidas pelos elementos policiais nas audiências de julgamento em processo sumário;

## Introdução

A aquisição do grau de Mestre em Ciências Policiais no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna tem como preceito a elaboração de um trabalho de investigação, que no nosso caso prende-se com a realização de uma análise, tanto sob o ponto de vista jurídico como pragmático, relativa à possibilidade e oportunidade da dispensa de comparência da testemunha policial na audiência de julgamento em processo sumário, na sequência da detenção de suspeitos pela prática de crimes de condução de veículo em estado de embriaguez ou condução de veículo sem habilitação legal.

Considerando que uma larga maioria dos processos existentes no Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa (TPICL) são relativos a detenções por condução de veículo em estado de embriaguez ou condução de veículo sem habilitação legal, a análise e implementação da dispensa de comparência do elemento policial na audiência de julgamento, “sendo a sua presença onerosa não só para a corporação como para a unidade específica em que ele está colocado, assim como para o Estado em geral” (Van Dunen, 2011)<sup>1</sup>, constitui matéria de extrema importância para a Justiça em geral e para Polícia de Segurança Pública em particular.

Dos treze círculos de comarca pertencentes ao Distrito de Lisboa, apenas as Comarcas da Amadora, Sintra e Oeiras permitem a dispensa de comparência/presença dos elementos policiais, na audiência de julgamento em processo sumário, na sequência da detenção de suspeitos pela prática de crimes de condução de veículo em estado de embriaguez ou condução de veículo sem habilitação legal, procedimento que vai, em nossa opinião, ao encontro do que defende a Circular de 1987 (4/87) da Procuradoria-Geral da República: “só em casos de comprovada necessidade se arrolem como declarantes ou testemunhas agentes de polícias criminais”.

O consumo de bebidas alcoólicas é considerado, segundo Mello, *et al.* (2001:36), “causa directa” do enorme número de mortes por acidente de viação e de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2004:32), o estudo elaborado por Borkenstein em 1964 “Grand Rapids”, demonstrou que o risco de acidentes de viação aumentava em função da quantidade de álcool no sangue. Para Magnus Huss (*cit in* Dário Sanguedo,

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada à Procuradora-Geral Distrital de Lisboa Dra. Francisca Van Dunen (anexo 10);

2008:12), o alcoolismo ou embriaguez é “o conjunto de manifestações patológicas do sistema nervoso, nas suas esferas psíquicas, sensitiva e motora, observando nos sujeitos que consumiram bebidas alcoólicas de forma contínua e excessiva e durante longo período”.

Desta forma e como previsto no artigo 292.º, n.º1 do Código Penal (CP), quem conduzir veículo, com ou sem motor, em via pública ou equiparada, com uma taxa de álcool no sangue (TAS) igual ou superior a 1,2 g/l, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.

Segundo Rui Rangel (2003/2004) existem vários métodos para a determinação da TAS, sendo os mais rápidos e simples e desta forma os dois mais utilizados em Portugal, as análises ao ar expirado e as análises ao sangue, que servem de meio de prova neste ilícito criminal.

Relativamente à condução de veículo sem habilitação legal e, segundo o artigo 3.º n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, “quem conduzir veículo a motor na via pública ou equiparada sem para tal estar habilitado nos termos do Código da Estrada (CE) é punido com prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias”.

Para Germano Marques da Silva (1996:69), “a habilitação legal significa autorização para conduzir o veículo no momento em que a acção de condução é praticada. Diversamente da falta de habilitação legal é a situação do agente titular de habilitação, mas inibido ou proibido de conduzir em virtude de ter sofrido as sanções acessórias de inibição de conduzir” (art.º 14º do CE) “ou de proibição de conduzir veículos motorizados” [art.º 69º, nº1, al.a) do CP].

Em caso de detenção por condução de veículo sem habilitação legal, assim como sucede com a detenção por condução de veículo em estado de embriaguez, o elemento policial deve comunicar ao Ministério Público (MP), procedendo à elaboração do Auto de Notícia por Detenção onde devem constar, para além dos factos que constituem o crime, o dia, a hora, o local, as circunstâncias em que o crime foi cometido, a identificação dos agentes e a assinatura do infrator (Germano Marques da Silva, 1996:83).

Segundo Germano Marques da Silva (1996:84), os dois crimes de que nos “ocupamos neste estudo são puníveis com pena de prisão cujo máximo não excede” cinco anos “e, por isso, o julgamento dos seus agentes deve fazer-se em processo sumário, quando tenham sido detidos em flagrante delito por autoridade judiciária (AJ) ou entidade policial”.

Quando tenha havido libertação do arguido, em virtude da detenção ter ocorrido fora do horário de funcionamento normal dos tribunais (artigo 385.º, n.º1 e 3, do Código de Processo Penal), o início da audiência deverá ocorrer no primeiro dia útil seguinte àquele em que foi detido, mantendo-se, pois, a forma de processo sumário. Exceção para as situações previstas no artigo 20.º da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho, onde a detenção deve manter-se até o detido ser apresentado em audiência de julgamento.

Para Francisca Van Dunen, neste tipo de processos “deveria estar prevista a dispensa do elemento policial, sempre que o contexto permita a dispensa”. O que acontece muitas das vezes na opinião de Francisca Van Dunen são “questões cautelares. Há o aspeto cultural, indiscutivelmente. A prática de o arguido vir acompanhado do agente, e de o agente contar a história ao tribunal e o tribunal ficar confortado com o relato do agente”.

Tendo em conta a relevância da celeridade processual e a economia de tempo despendido por parte dos elementos policiais, a dispensa neste tipo de processos, em que a prova testemunhal não se afigura essencial ao apuramento da verdade, permitiria uma maior preocupação com outro tipo de crimes e um maior rendimento para o serviço policial. Nas palavras de Albergaria e Lima (2001:7) “nem a confissão do arguido, nem evidentemente a prova testemunhal e nem sequer eventuais meios técnicos de que por sua conta o arguido ou outrem se tivessem socorrido, podem suprir a falta daqueles meios de prova ou infirmar o seu resultado (...) não implica que o juiz de todo em todo perca o poder de escrutinar a aquisição dessa verdade processual”.

Para o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (2007), em processo sumário deveria estar prevista a dispensa dos agentes policiais de comparecerem a julgamento, devendo esta disposição constar no Código Processo Penal (CPP), permitindo desta forma uma maior eficácia, simplicidade e celeridade do sistema, sem nunca pôr em causa os direitos de defesa do arguido, possibilitando ainda reduzir o tempo despendido pelos elementos policiais, na sequência de uma detenção passível de julgamento em processo sumário e em que a prova testemunhal não é relevante (ponto 4 da Diretiva nº 16/2001 de 29 de março). Nas palavras de Francisca Van Dunen, a única forma de implementar esta dispensa “radicalmente é efetivamente através do CPP”

Relativamente à dispensa de comparência/presença em tribunal dos elementos policiais em audiência de julgamento em processo sumário aquando da detenção de indivíduos por condução de veículo em estado de embriaguez ou condução de veículo sem habilitação legal, é, na nossa opinião, um tema extraordinariamente importante,

uma vez que o tempo despendido pelo elemento policial em tribunal, poderia ser transformado em horas de serviço policial efetivo, contribuindo desta forma para um melhor desempenho da Polícia de Segurança Pública, levando muitas vezes de forma consequente a uma enorme desmotivação por parte dos elementos policiais, objeto que não abordaremos no nosso estudo tendo em conta a vastidão do assunto, ficando para um posterior trabalho de investigação.

Desta forma, e como objetivos propostos para o trabalho de investigação procurámos identificar o número de processos por detenções por condução de veículo em estado de embriaguez e condução de veículo sem habilitação legal existentes no TPICL no ano de 2010, determinando assim, o número de vezes em que os elementos policiais foram ou não ouvidos em audiência de julgamento, avaliando desta forma o número de horas empregues em tribunal, no quadro destes processos, e que poderiam ser revertidas em serviço efetivo. Importou ainda, calcular o número de vezes que as audiências foram adiadas e foi requerida a presença da testemunha policial na Comarca da Amadora no ano de 2010, demonstrando a aplicabilidade da dispensa da comparência da testemunha policial, onde é assegurada e mantida a mesma modalidade processual, em nada prejudicando o andamento do processo ou os direitos do próprio arguido.

No que concerne à metodologia utilizada no nosso trabalho principiou-se com uma pesquisa bibliográfica exploratória, com o objetivo de recolher o máximo de informação sobre o tema e ter acesso a alguns conceitos-chave fundamentais para o nosso estudo.

Foram realizadas entrevistas a diferentes individualidades com vasta experiência na área e no objeto de estudo<sup>2</sup> e posteriormente elaborámos uma análise estatística com base no estudo dos processos consultados no TPICL e no Tribunal da Comarca de Amadora.

Importa referir que tendo em conta as diferentes áreas de especialização das distintas personalidades, foi extremamente importante que a aplicação do método qualitativo utilizado fosse a entrevista semiestruturada, composta por algumas linhas orientadoras, permitindo desta forma, uma maior elasticidade em relação ao entrevistado, possibilitando assim uma recolha de dados mais aprofundada.

---

<sup>2</sup> Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública Superintendente-Chefe Paulo Valente Gomes e Procuradora Geral Distrital de Lisboa Dra. Francisca Van Dunen;

Relativamente à análise estatística, foram estudados 554 processos sumários por condução de veículo em estado de embriaguez e condução sem habilitação legal no TPICL e no Tribunal da Comarca de Amadora, findos no ano de 2010.

A nível estrutural, o nosso trabalho encontra-se dividido em cinco Capítulos. O Capítulo I incidirá sobre os crimes rodoviários, mais concretamente, o crime de condução de veículo em estado de embriaguez e o crime de condução de veículo sem habilitação legal. No Capítulo II faremos uma breve abordagem processual penal, nomeadamente, sobre a detenção, o processo sumário, a prova, os meios de prova, os meios de obtenção de prova e a atuação dos OPC. No Capítulo III analisaremos dispensa de comparência da testemunha policial na audiência de julgamento em processo sumário. Findos os três Capítulos essencialmente teóricos, apresentaremos no Capítulo IV a análise de dados referentes aos processos-crime de condução de veículo em estado de embriaguez e condução de veículo sem habilitação legal e por fim, no Capítulo V a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos onde procuramos avaliar a relevância da dispensa de comparência dos elementos policiais em tribunal.



## **Capítulo I – Crimes Rodoviários**

### **1.1. Crime de condução de veículo em estado de embriaguez**

#### **1.1.1. Tipo Legal e elementos objetivos**

O crime de condução de veículo, com ou sem motor, em via pública ou equiparada, com uma TAS igual ou superior a 1,2 g/l, vem previsto no artigo 292.º n.º1 do CP, sendo cominado com pena de prisão até 1 ano ou multa até 120 dias. O agente que comete o crime de condução de veículo em estado de embriaguez é suscetível de ser considerado inapto para a condução de veículo com motor [art.º 101º n.º2 al.c) do CP], podendo ser decretada a cassação do título de condução, face ao facto praticado (art.º 101º n.º1 do CP).

Segundo Germano Marques da Silva (1998:30), “o crime de perigo concreto é aquele em que a exigência de uma situação de perigo está expressa no tipo legal, como seu elemento essencial, constituindo o evento da acção, enquanto o crime de perigo abstracto é a própria acção que é em si mesma considerada perigosa, segundo a experiência comum aceite pelo legislador mas na estrutura do tipo não aparece a exigência do perigo como evento da acção”. Deste modo, o crime de condução de veículo em estado de embriaguez deverá ser classificado como sendo um crime de perigo abstrato, uma vez que, para que se concretizem os elementos constitutivos do crime, o perigo não necessita de ser comprovado, bastando ser presumido. Neste caso, o legislador tipifica o perigo com base na simples descrição da conduta, enquanto num crime de perigo concreto o perigo tem que ser descrito e demonstrado.

O crime de condução de veículo em estado de embriaguez põe em causa, para além dos bens-jurídicos individuais, como a vida, a integridade física e o património, um bem-jurídico “supra-individual” (Vieira, 2007: 60), o da segurança rodoviária, um bem-jurídico coletivo de extrema importância. Juíz

Este crime, que se encontra no Capítulo IV (Dos crimes contra a segurança nas comunicações) do Título IV (Dos crimes contra a vida em sociedade) do Código Penal, tem como elementos objetivos do crime:

- 1.1.1.1. A condução de veículo rodoviário;
- 1.1.1.2. Em via pública ou equiparada;
- 1.1.1.3. Em estado de embriaguez; e

#### 1.1.1.4. O agente do crime.

##### **1.1.1.1. Conceito de condução e de veículo rodoviário**

Conduzir tem como significado “guiar, encaminhar, transportar de um lugar para o outro, dirigir”<sup>3</sup>. De acordo com Germano Marques da Silva (1996), “conduzir não é um simples acto, um mero movimento físico, mas o complexo de operações técnicas e adequadas a pôr e manter o automóvel em circulação”, ou, na nossa opinião, não se trata apenas da mera ação ou deslocação do veículo, mas sim no conjunto de práticas executadas de forma a concretizar o movimento.

Importa assim referir, a título de exemplo, algumas das ações que não devem ser consideradas como ato de condução, designadamente “a ligação do veículo, mantendo-se este estacionado, com todos os mecanismos em situação de imobilizar o veículo, o dormir no interior do veículo com o motor a trabalhar imobilizado, o simples acto de destravar o veículo ou de se sentar ao volante” e também o de “empurrar um carro avariado” (Valente, 2004:127), pois um automóvel quando se encontra imobilizado não constitui qualquer tipo de perigo, ou, nas palavras de Manuel Guedes Valente (2004:127) “o veículo estacionado não produz qualquer perigo abstracto”.

Relativamente à necessidade de clarificar o conceito de veículo esta deriva da sua implicação no ato da condução. De acordo com Germano Marques da Silva (1996:47) o conceito de veículo é bastante mais abrangente que a sua simples definição de “qualquer viatura ou meio de transporte, aquilo que serve de transmissão”, devendo ser interpretado como “todo o meio de transporte ou equiparado, equipado com rodas e com ou sem motor, apto e destinado a transitar ainda que eventualmente, nas vias públicas ou equiparadas”.

Existem inúmeros veículos que podem servir de meio de transporte, mas segundo Germano Marques da Silva (1996:47) nem todos “devem ser considerados veículos rodoviários. Referimo-nos a certo tipo de veículos de tracção humana que não sendo admitidos a circular nas vias públicas podem, porém, ser transportados pelos peões e por isso a disciplina da sua circulação nas vias públicas é também a aplicável aos peões”, é então equiparado ao trânsito dos peões, segundo o disposto no artigo 104.º do CE, a condução de carros de mão [al.a)], a condução à mão de velocípedes de duas rodas sem carro atrelado e de carros de crianças ou de pessoas com deficiência [al.b)], o

---

<sup>3</sup> Dicionário Universal, (1998), *Mais Gramática Língua Portuguesa*, 2ª Edição, Lisboa, Texto Editora;

trânsito de pessoas utilizando trotinetas, patins ou outros meios de circulação análogos, sem motor [al.c)], o trânsito de cadeiras de rodas equipadas com motor elétrico [al.d)] e a condução à mão de motocultivadores sem reboque ou retrotrem [al.e)].

De acordo com Germano Marques da Silva (1996:47), “Há certo tipo de veículos que não são admitidos por lei a circular nas vias públicas, mas isso não obsta à sua qualificação como veículos rodoviários, para efeitos do” artigo 292.º do CP, “se efectivamente circularem”. Ou seja, o artigo 292.º do CP inclui alguns veículos que apesar de não poderem circular na via pública, para os efeitos deste artigo, são considerados como rodoviários, desde que o façam.

#### **1.1.1.2. Conceito de via pública ou equiparada**

A via pública é a via de comunicação terrestre afeta ao trânsito público [art.º 1º, al.v) do CE], enquanto a via equiparada a via pública é a via de comunicação terrestre do domínio privado aberta ao trânsito público [art.º 1º, al.u) do CE].

Ao longo do artigo 1.º do CE, é-nos possível encontrar diversos exemplos de vias públicas como são o caso das autoestradas [al.a)], dos caminhos [al.c)], dos corredores de circulação [al.d)], das pistas especiais (al.o)], das vias de abrandamento [al.q)], das vias de aceleração [al.r)], das vias de sentido reversível (al.s)] e das vias reservadas a automóveis e motociclos [al.x)].

Relativamente ao parque [al.l)] e zona de estacionamento [al.z)], existe uma enorme controvérsia quanto à sua qualificação como via pública ou equiparada. Os parques e as zonas de estacionamento são designados como locais destinados ao estacionamento de veículos, mas para Paula Ribeiro de Faria (1999 *cit in* Valente, 2004:128) estes deveriam ser enquadrados pela conceção de via pública ou equiparada. Se tivermos em conta o conceito de condução anteriormente enunciado, temos então que enquadrar os parques e as zonas de estacionamento no conceito de via pública ou equiparada, uma vez que, estes também são locais onde circulam veículos. A nossa opinião vai de encontro com a de Manuel Guedes Valente (2004:129), ao defender que “apesar da al.t) do art.º 1º do CE classificar o parque de estacionamento como um local exclusivamente destinado ao estacionamento de veículos, sem ter feito qualquer equiparação a via de trânsito equiparada a via pública, consideramos que se enquadra nesta classificação”.

Depreendemos que o propósito do legislador era enquadrar na al.t) do art.º 1º do CE os parques e zonas de estacionamento, sendo estes considerados via equiparada a via pública, pois “um parque de um hipermercado, por exemplo, que é de domínio privado de acesso livre ao trânsito público, enquadra-se na” al.u) do artigo 1.º do CE (Valente, 2004:129).

#### **1.1.1.3. Conceito de alcoolismo e estado de embriaguez**

Conforme refere Mello, *et al.* (2001:13), o conceito de alcoolismo é algo extremamente complicado de definir, apesar das variadas definições feitas por diversos autores, não há “nenhuma que satisfaça inteiramente”. Para Pierre Fouquet (1955, *cit in* Mello, *et al.* 2001:13), “o conceito de alcoolismo, a sua patogenia, classificação nosográfica, seus fundamentos, sua realidade (...) continuam a ser noções muito pouco claras”.

Magnus Huss foi um dos primeiros autores a definir o alcoolismo como sendo “o conjunto de manifestações patológicas do sistema nervoso, nas suas esferas psíquica, sensitiva e motora, observando nos sujeitos que consumiram bebidas alcoólicas de forma contínua e excessiva durante longo período”. Já a OMS (*cit in* Mello, *et al.* 2001:15) define o alcoolismo como “uma entidade não nosológica definida, mas a totalidade dos problemas motivados pelo álcool, no indivíduo, estendendo-se em vários planos e causando perturbações orgânicas e psíquicas, perturbações da vida familiar, profissional e social, com as suas repercussões económicas, legais e morais”. Podemos desta forma definir alcoólicos como indivíduos que bebem de forma exagerada durante um certo período de tempo, e em quem se manifestam perturbações não só físicas como mentais, influenciando desta forma não só o indivíduo negativamente, mas a sociedade em geral.

Mello, *et al.* (2001:14), mencionam que “é o caso, por exemplo, das relações do álcool com a condução rodoviária, a criminalidade, a patologia laboral, as perturbações familiares e os seus efeitos sobre a criança - concepção, gestação, aleitamento, desenvolvimento e rendimento escolar”.

Importa agora distinguir, para efeitos rodoviários, entre os conceitos de estado de embriaguez e de sob influência de álcool, pois apesar de terem em comum a presença de álcool no sangue, diferem na quantidade e nas consequências jurídicas.

Encontra-se sob a influência de álcool o condutor que apresente uma TAS igual ou superior a 0,5 g/l<sup>4</sup> (art.º 81º n.º 2 do CE), sendo que “a conversão dos valores do teor de álcool no ar expirado em teor de álcool no sangue é baseada no princípio de que 1mg de álcool por litro de ar expirado é equivalente a 2,3g de álcool por litro de sangue” (art.º 81º, n.º 3 do CE). Podemos assim concluir que se encontra em estado de embriaguez o condutor que apresente uma TAS igual ou superior a 1,2 g/l, conforme o artigo 292.º do CP.

#### **1.1.1.4. O Agente do Crime**

O agente do crime de condução em estado de embriaguez é um condutor que se encontra afetado a nível psicológico e físico, influenciado no seu estado emocional e reacional. Não se pode porém dizer, que é um comum criminoso, pois é um sujeito que não “obedece a um padrão geral de delinquência” (Vieira, 2007:66).

O crime de condução em estado de embriaguez é um crime que só pode ser praticado pelo “condutor de um veículo” (Vieira, 2007:66) e como tal pode também ser designado por crime monosubjectivo (Sanguedo, 2008:34), ou nas palavras de Francisco Marques Vieira (2007:66), crime de mão própria.

#### **1.1.2. Elemento subjetivo do ilícito penal**

O crime de condução de veículo em estado de embriaguez, conforme prevê o artigo 292.º do CP, pode ser imputado a título de dolo, ou de mera negligência.

O crime é imputado a título de dolo sempre que o agente, consciente do seu estado, mesmo assim, pratica a condução de veículo rodoviário (Silva, 1996:61).

Já o título de negligência é imputado ao agente, sempre que este, por erro indesculpável, não tiver consciência do seu estado (Silva, 1996:62).

Estando então o agente num estado de inimputabilidade derivado da ingestão ou consumo de bebida alcoólica e, nesse estado, praticar o facto ilícito típico disposto no artigo 292.º do CP, é suscetível de aplicação o previsto no artigo 295.º, n.º 2 do CP.

---

<sup>4</sup> E inferior a 1,2 g/l

### 1.1.3. Consumo de álcool e a condução de veículos

O consumo de bebidas alcoólicas é considerado, segundo Mello, *et al.* (2001:36), “causa directa” do enorme número de mortes por acidente de viação. A desordem das nossas estradas combinada com a irresponsabilidade dos condutores que afrontam conduzir após o consumo de álcool são a justificação para a incriminação desta conduta, para desta forma estarem salvaguardados bens jurídicos como a vida, a integridade física e o património (Valente, 2004:123).

Nas palavras de Manuel Guedes Valente (2004:123) “a incriminação preenche o princípio da subsidiariedade ou da *ultima ratio* da intervenção jurídico-penal e o princípio da proporcionalidade *lato sensu* ou da proibição do excesso”, ou seja, face ao grande número de mortes, a intervenção penal, justa e proporcional, tenta persuadir o consumo de bebidas alcoólicas, tendo em conta que a segurança rodoviária é algo fundamental para a vivência em sociedade e sem nunca esquecer o preceituado no artigo 18.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa (CRP)<sup>5</sup>.

De acordo com a OMS (2004:32), o estudo elaborado por Borkenstein em 1964 “Grand Rapids”, demonstrou que o risco de acidentes de viação aumentava em função da quantidade de álcool no sangue.

O risco acidentes de viação não aumenta de uma forma proporcional à quantidade de álcool no sangue, conforme o “fenómeno da multiplicação de risco”, de Freudenberg, comparando um indivíduo com e sem ingestão de álcool, quando o que ingere álcool apresenta uma TAS igual a 0,5 g/l está sujeito ao dobro do risco do que não ingere álcool; se apresentar uma TAS de 0,8 g/l, tem o quádruplo do risco, e se tiver uma TAS de 1,5 g/l, passa a estar sujeito a um risco dezasseis vezes maior do que o indivíduo que tem uma TAS igual a 0 g/l.

Um estudo, elaborado por Moskowitz *et al.* (2000), foi ainda mais preciso ao mostrar que com uma TAS inferior a 0,5 g/l o risco de acidentes de viação aumentava 1,4 vezes, que com uma TAS entre os 0,5 g/l e os 0,9 g/l aumentava para 11,1 vezes, com uma TAS entre os 1 g/l e os 1,4 g/l aumentava para 48 vezes e que para uma TAS superior a 1,5 g/l o risco de acidentes de viação aumentava 380 vezes.

---

<sup>5</sup> Art.º 18, n.º 2 da CRP - “A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”.

As bebidas alcoólicas são “um dos factores que põem em risco a aptidão do condutor” (Mello, *et al.*, 2001:77), influenciando as suas capacidades mentais e físicas, a sua destreza e atenção. Uma pesquisa da European Transport Safety Council (1995), realizada nos países da União Europeia concluiu que 1 a 3% dos condutores, variando conforme o país, conduz sob a influência de álcool.

Uma das formas de podermos reduzir os acidentes por influência de álcool, segundo a OMS (2004:7), cerca de 20%, ou seja, um processo bastante eficaz e a baixos custos, é através da realização de testes de álcool de forma aleatória, sendo que os instrumentos mais eficientes e fiáveis são os aparelhos que fazem a análise do ar expirado. Este tipo de testes é realizado em Portugal, particularmente nas operações de fiscalização de trânsito.

A legislação existente que preceitua a condução sob a influência do álcool tem sido estabelecida e alterada pelos vários países ao longo do tempo e os limites vêm sendo estabelecidos com base nos vários estudos realizados e na informação disponível. A primeira lei a ser formulada no nosso país foi em 1982 e fixava como valor limite uma TAS 0,5 g/l, que na opinião de Mello, *et al.* (2001:78) e na nossa opinião “tem de ser encarada nos seus aspectos positivos de verdadeira prevenção do acidente e não apenas como um instrumento de controlo de infracção e aplicação de pena”.

#### **1.1.4. Métodos e procedimentos para a determinação da taxa de álcool no sangue**

Segundo Rui Rangel (2003/2004), existem vários métodos para a determinação da TAS, sendo os mais rápidos e simples, e desta forma, os dois mais utilizados em Portugal, nas diversas operações de fiscalização de trânsito, as análises ao ar expirado e as análises ao sangue, que servem como importante meio de prova neste ilícito criminal.

A pesquisa de álcool no sangue por ar expirado pode ser efetuada através de dois tipos de alcoolímetros, que nas palavras de Maria Ferreira (2011:7) são um “instrumento que mede a concentração de álcool ingerido através da análise ao ar alveolar expirado” e que servem “para fiscalizar a condução sob a influência do álcool”. Os aparelhos de despiste determinam a TAS com células de combustível que constituem dispositivos eletroquímicos produtores de corrente elétrica, corrente esta, que provém das reações que envolvem o consumo de gás (expirado) compatível com os elétrodos metálicos da célula.

Os dois tipos de alcoolímetros existentes são o alcoolímetro qualitativo ou de despiste e o alcoolímetro quantitativo ou evidencial (art.º 1º, nºs 1 e 2 do Anexo à Lei 18/2007, de 17 de maio). Os alcoolímetros funcionam por método do ar expirado, para a determinação da presença de álcool no sangue (Ferreira, 2011:8). O qualitativo, apesar de indicar uma taxa concreta, serve apenas de triagem (screening breath testers) aos condutores que posteriormente serão submetidos a alcoolímetros quantitativos ou a análises ao sangue (art.º 1º, nº 3 do Anexo à Lei 18/2007, de 17 de maio). Os analisadores qualitativos denotam uma maior sensibilidade às condições de pressão atmosférica, temperatura e humidade, próprias da sua utilização, o que estará na “raiz da diferença de valores probatórios” (Albergaria, *et al.*, 2001:6).

O alcoolímetro quantitativo ou evidencial quantifica a presença de álcool no sangue e está sujeito a um controlo metrológico obrigatório (Ferreira, 2011:8). Os aparelhos de análise quantitativa utilizados no nosso país, que funcionam igualmente pelo método de ar expirado, quantificam a TAS (evidential breath testers), são o SERES modelo 679T e o DRAGER modelo Alcotest MKIII, aprovados respetivamente, pelos despachos de 26.01.1994 e 25.09.1996 do Vice-presidente do Instituto Português da Qualidade (ainda respetivamente, DR III Série de 29.04.1994 e 25.09.1996)<sup>6</sup> (Albergaria, *et al.*, 2001:6).

Relativamente às pesquisas e quantificação de álcool no sangue através de análises sanguíneas, a substância objeto da análise laboratorial é o álcool etílico. A colheita de sangue, destinada à realização das análises para quantificação da TAS, é efetuada em estabelecimento da rede pública de saúde para o qual o examinando é conduzido pelo agente fiscalizador.

O agente de autoridade deve, deste modo, entregar no estabelecimento da rede pública de saúde um impresso do modelo do anexo I, conforme Portaria n.º 902-B/2007, de 13 de abril e Lei n.º 18/2007, de 17 de maio, acompanhado de uma bolsa devidamente selada de modelo aprovado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), contendo o material destinado à recolha e acondicionamento da amostra de sangue.

No estabelecimento da rede pública de saúde, o médico que atender o examinando deve providenciar a obtenção de um volume de sangue venoso suficiente, recolhido de

---

<sup>6</sup> Conforme Portaria n.º 902-B/2007, de 13 de abril e Lei n.º 18/2007, de 17 de maio;



acordo com os procedimentos habituais, mas sem a utilização de desinfetantes cutâneos que contenham álcool na sua composição.

O funcionário do estabelecimento da rede pública de saúde responsável pela receção do supracitado equipamento deve garantir a segurança das amostras e a sua correta expedição para o Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), conforme artigo 6.º, n.º2 do Anexo à Lei n.º 18/2007, de 17 de maio.

O transporte destas amostras obedece a certas condicionantes<sup>7</sup>, em seguida e através de recurso a “procedimentos analíticos, que incluem a cromatografia gasosa” (art.º6, n.º1 do Anexo da Lei 18/2007, de 17 de maio), o serviço de Toxicologia Forense da Delegação do INML procede ao exame para quantificação da TAS. “Este exame determina a TAS com base na média de duas determinações sequenciais, e se diferirem acima da margem de 2%, os ensaios devem ser repetidos. Se os resultados obtidos no seguintes intervalos: 0,45 - 0,55g/l e 1,10 - 1,30g/l, realiza-se a média de seis determinações.” (Sanguedo, 2008:27). Por último, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da receção da amostra, a delegação do INML que proceder ao exame envia o resultado obtido à entidade fiscalizadora que o requereu.

A respeito dos procedimentos para verificação da influência de álcool, o artigo 152.º, n.º1 do CE impõe que devem submeter-se às provas estabelecidas para a deteção do estado influenciado pelo álcool, os condutores [al.a)]; os peões, sempre que sejam intervenientes em acidentes de trânsito [al.b)] e as pessoas que se propuserem a iniciar a condução [al.c)].

Tal como referimos anteriormente, o exame para deteção da presença de álcool no sangue pode ser feita através de alcoolímetros qualitativos ou quantitativos e a determinação da TAS é feita por alcoolímetros quantitativos ou por meio de análises sanguíneas (art.º 1º, n.ºs 1,2 e 3 do Anexo à Lei 18/2007, de 17 de maio).

Quando um agente policial submete um condutor a uma análise qualitativa e a sua TAS for igual ou superior a 0,5g/l, este terá, obrigatoriamente, que o notificar, de forma escrita ou se esta não for possível, de forma verbal, para se submeter a uma análise quantitativa, sempre que possível no prazo de trinta minutos (Lei nº 18/2007, de 17 de maio), no local indicado na notificação. Caso o agente infrator alegue incapacidade para a realização do teste por ar expirado este deverá ser submetido a análise sanguínea, ou caso não seja possível, realizar os exames médicos necessários para diagnosticar o

---

<sup>7</sup> As características a que deve obedecer o transporte, constam no Despacho nº 4192/2008 da ANSR;

estado de influenciado pelo álcool (Portaria 902-B/2007, de 13 de agosto). Em caso de acidente de viação, no qual resulte a impossibilidade de realizar análises sanguíneas, ou exames médicos, diagnosticar-se-á a influência do álcool através de exame feito à urina (Silva, 1996:78). Se o resultado do teste, seja ele qual for, se apresentar positivo, o agente fica impedido de conduzir pelo período mínimo de doze horas, como disposto no artigo 154.º, n.º1 do CE.

Realizado o exame e independentemente do seu método, o condutor pode, de imediato, requerer a realização de exames para efeitos de contraprova, suportando todas as despesas originadas por esta no caso de resultado positivo (art.º 153º nº2 do CE). Importa ter em conta, que a contraprova de acordo com o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 485/2011, não pode servir para prejudicar o infrator, no âmbito de diferentes domínios<sup>8</sup>. A contraprova anteriormente referida pode ser realizada através de novo exame através de aparelho aprovado ou análise ao sangue [art.º 153º nº3 al. a) e b)].

Nos casos em que a contraprova é realizada através de análise ao sangue, o resultado desta prevalece sobre o resultado do exame inicial (art.º153, nº6 do CE).

Contrárias são as situações em que a contraprova é realizada em analisadores quantitativos aprovados, e ao contrário do que refere o artigo 153.º, n.º6 do CE, nos casos em que o exame inicial apenas diga respeito ao domínio contraordenacional, e após a contraprova se verifique que passa a fazer parte do domínio penal, esta não pode ser validada, ou seja, o resultado da contraprova não prevalece sobre o resultado do exame inicial. Mas se o exame inicial for do domínio penal e a contraprova corresponder ao domínio contraordenacional, esta já prevalece sobre o exame inicial, em suma, a contraprova, dentro de diferentes domínios, não pode servir para prejudicar o infrator (Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 485/2011<sup>9</sup>).

Para maior facilidade de exposição argumentar-se-á a partir de alguns exemplos: um condutor sujeito a provas estabelecidas para a deteção do estado influenciado pelo álcool que apresente uma TAS de 1,0 g/l (domínio contraordenacional) e deseje ser submetido a contraprova com um analisador quantitativo aprovado, e após o exame apresente uma TAS de 1,3 g/l (domínio penal), incorrerá numa contraordenação pelos

---

<sup>8</sup> Sobre a explicação do Acórdão *vide infra* parágrafo XVI.1.1.4

<sup>9</sup> “Deste modo, a questão da inconstitucionalidade orgânica de tal preceito do n.º 6 do artigo 153.º do CE apenas se coloca relativamente aos resultados das contraprovas obtidos através de analisadores quantitativos aprovados para o efeito e no domínio do processo penal, como é o caso.”

1,0 g/l apresentados no exame inicial, uma vez que a contraprova não pode prevalecer sobre o exame inicial; já um condutor sujeito a provas estabelecidas para a detecção do estado influenciado pelo álcool que apresente uma TAS de 0,6 g/l (domínio contraordenacional) e deseje ser submetido a contraprova com um analisador quantitativo aprovado, e após o exame apresente uma TAS de 0,8 g/l (domínio contraordenacional), incorrerá numa contraordenação pelos 0,8 g/l apresentado no exame final, uma vez que a contraprova, quando dentro do mesmo domínio, prevalecer sobre o exame inicial; por fim, um condutor sujeito a provas estabelecidas para a detecção do estado influenciado pelo álcool que apresente uma TAS de 1,2 g/l (domínio penal) e deseje ser submetido a contraprova com um analisador quantitativo aprovado, e após o exame apresente uma TAS de 0,8 g/l (domínio contraordenacional), incorrerá numa contraordenação pelos 0,8 g/l apresentado no exame final, uma vez que a contraprova não pode servir para prejudicar o infrator, este prevalece sobre o exame inicial.

Todos os condutores, ou os peões intervenientes em acidentes de trânsito, que se recusem a submeter às provas estabelecidas para a detecção do estado de influenciado pelo álcool, incorrem no crime de desobediência (art.º 152º, n.º3 do CE), sendo punidos com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias (art.º 348º, n.º1 do CP).

### **1.1.5. Penas e medidas de segurança aplicáveis**

O crime de condução de veículo em estado de embriaguez, preceituado no artigo 292.º, n.º1 do CP, é punível com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias.

No que concerne à possibilidade de aplicação de penas acessórias, importa ainda referir que poderá ser ainda condenado na proibição de conduzir veículos com motor por um período fixado entre três meses e três anos, quem for punido por crime previsto no artigo 292.º ou ainda por crime de desobediência cometido mediante recusa de submissão às provas legalmente estabelecidas, para a detecção de condução de veículo sob efeito de álcool [al.c)], conforme o disposto no artigo 69.º, n.º1 al. a) (Silva, 1996:63).

Conforme anteriormente mencionado, em face do crime praticado e da personalidade do agente e caso este deva ser considerado inapto para a condução de

veículo com motor, podem ainda ser aplicáveis ao agente infrator, como medidas de segurança, a cassação do título e a interdição da concessão de novo título de condução de veículo com motor, conforme previsto no artigo 101.º, n.ºs 1 e 2 al.c) do CP (Silva, 1996:64).

O artigo 109.º, n.º1 do CP, refere ainda que “são declarados perdidos a favor do Estado os objectos que tiveram servido ou estivessem destinados a servir para a prática de um facto ilícito típico, ou que por este tiverem sido produzidos, quando, pela sua natureza ou pelas circunstâncias do caso, puseram em perigo a segurança das pessoas, a moral ou a ordem públicas, ou oferecerem sério risco de serem utilizados para o cometimento de novos factos ilícitos típicos”. Como tal, o crime de condução de veículo em estado de embriaguez, pode determinar a perda do veículo a favor do Estado (Silva, 1996:64), o que se afigura algo improvável acontecer, porque apesar do veículo poder vir a ser utilizado para o cometimento de novos factos ilícitos típicos, este, por si só, não representa um perigo à segurança das pessoas.

## **1.2. Crime de condução de veículo sem habilitação legal**

### **1.2.1 Tipo Legal e elementos objetivos**

O crime de condução de veículos a motor (nº1), motociclos ou automóveis (nº2) na via pública ou equiparada sem para tal estar habilitado, vem disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98 de 3 de janeiro e tem como punição prevista pena de prisão até 1 ano ou uma multa até 120 dias, ou, no caso do n.º2, pena de prisão de até 2 anos ou multa até 240 dias. O agente que comete este tipo crime faz a condução de um veículo sem estar habilitado para tal, ou nas palavras de Francisco Marques Vieira (2007:159), “conduz contra o que expressamente impõe a lei”.

Tal como o crime de condução em estado de embriaguez (art.º 292º, nº1 do CP), anteriormente descrito, também o crime de condução sem habilitação legal é um crime de perigo abstrato<sup>10</sup>. Em ambos os casos, o perigo não passa de um conjectura de determinadas condutas, que por si só “significam um incremento do risco insuportável e penalmente censurável” (Vieira, 2007: 174), pondo em causa a segurança rodoviária, como bem-jurídico coletivo, “supra-individual” (Vieira, 2007: 60), e a vida, a integridade física e o património como bens-jurídicos individuais.

---

<sup>10</sup> Sobre a distinção entre perigo abstrato e perigo concreto *vide* supra parágrafo II.1.1.1.

Devemos efetuar uma articulação entre o Título V do Código da Estrada, que tem por tema “Da habilitação legal para conduzir”, e o tipo de crime que se encontra no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98 de 3 de janeiro. O crime de condução de veículo sem habilitação legal tem como elementos objetivos do crime:

- 1.2.1.1. A condução;
- 1.2.1.2. De veículo a motor;
- 1.2.1.3. Sem habilitação legal;
- 1.2.1.4. Em via pública ou equiparada; e
- 1.2.1.5. Pelo agente do crime.

#### **1.2.1.1 Conceito de condução**

A condução é uma condição *sine qua non* para a consumação deste tipo de crime, e, como vimos anteriormente, no artigo 292.º, n.º 1 do CP, do ato da condução podem resultar inúmeros perigos para o trânsito.

O que é realmente necessário conhecer, não é a distância percorrida na condução, ou o tempo utilizado nesta, mas sim analisar se realmente houve condução e avaliar o risco por esta causada (Vieira, 2007:100), ou nas palavras de Germano Marques da Silva (1996:68), “nestes crimes é exigível que a conduta seja objectivamente adequada a pôr em perigo o bem jurídico protegido”.

Em suma, o que realmente importa saber é se existiu uma conduta necessária à consumação do crime.

#### **1.2.1.2 Conceito de veículo a motor**

“O delito consuma-se pela utilização típica de um veículo rodoviário. *Instrumentum sceleris*, só pelo uso típico de um veículo, a motor ou não, pode ser consumada a sua prática” (Vieira, 2007:67), no caso concreto do crime de condução sem habilitação legal, só pelo uso de um veículo a motor, pode ser consumada a sua prática.

São considerados veículos a motor, os automóveis (art.º 105º do CE); os motociclos (art.º 107º, nº1 do CE); os ciclomotores (art.º 107º, nº4 do CE); os veículos agrícolas (trator agrícola ou florestal, máquina agrícola ou florestal, motocultivador, motocultivador ligado a reboque e tratocarro) (art.º 108º do CE); veículos sobre carris (art.º 109º, nº1 do CE) e máquinas industriais (art.º 109º, nº2 do CE).

Para conduzir veículos a motor na via pública é necessário estar legalmente habilitado para o efeito, conforme disposto no artigo 121.º, n.º1 do CE.

#### **1.2.1.3 Conceito de falta de habilitação legal**

Considera-se que o condutor incorre num crime de condução ilegal, sempre que não esteja legalmente habilitado nos termos exigidos pelo CE (Silva, 1996:69).

O termo habilitar significa “tornar hábil ou apto, tornar-se apto para certo fim”<sup>11</sup>. Desta forma, quem possui uma habilitação é alguém que se encontra apto para determinado fim e a habilitação legal representa por isso, segundo Germano Marques da Silva (1996:69), a permissão para efetuar a condução de um veículo a motor.

Importa referir desde já, que o artigo 121.º do CE compreende, “desde logo, a excepção dos instruendos e examinadores durante, respectivamente, a aprendizagem da condução e o exame que a finaliza” (Vieira, 2007:160).

Ao condutor que tiver sofrido sanções acessórias de inibição de conduzir (art.º147, n.º1 do CE) ou proibição de condução de veículos com motor pelos crimes previstos no artigo 69.º, n.º1 al.a), b) e c), mas que conduz um veículo a motor, não lhe pode ser imputado o crime de condução sem habilitação legal, mas sim o crime de desobediência qualificada, conforme artigo 138.º, n.º2 do CE ou artigo 353.º do CP. Pois um condutor que está inibido ou proibido de conduzir um veículo, ainda está habilitado à sua condução nos termos do CE, apenas se encontra provisoriamente impedido de o exercer (Vieira, 2007:167).

Contrária é a situação do artigo 101.º do CP e do artigo 148.º do CE, relativa à cassação da carta ou licença de condução, uma vez que nestes casos, a carta ou licença são revogadas em razão do condutor dever ser considerado inapto para a condução de veículo a motor, representando desta forma um perigo para os demais utentes da via.

#### **1.2.1.4 Conceito de via pública ou equiparada**

Os conceitos de via pública ou equiparada anteriormente enunciados, também neste crime são aplicáveis, sendo que o termo via significa “caminho, estrada que estabelece ligação de um lugar para outro, itinerário ou direcção”<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Dicionário Universal, (1998), *Mais Gramática Língua Portuguesa*, 2ª Edição, Lisboa, Texto Editora;

<sup>12</sup> Dicionário Universal, (1998), *Mais Gramática Língua Portuguesa*, 2ª Edição, Lisboa, Texto Editora;

De acordo com Francisco Marques Vieira (2007:104), relativamente a este tipo de crime, e que para tal este seja considerado, a condução do veículo sem habilitação legal terá de se fazer em via pública ou equiparada<sup>13</sup>, querendo isto dizer, que se a condução do veículo a motor for feita em via privada ou particular, já não haverá incriminação da conduta do agente.

A imposição da conduta do agente ser praticada em via pública ou equiparada, “advém do facto de se tratar de um suposto fáctico da perigosidade da mesma” (Vieira, 2007:104).

#### **1.2.1.5 Conceito de agente do crime**

Por último, o agente do crime é igualmente, um elemento objetivo do crime, e pode ser considerado como todo e qualquer indivíduo que conduza um veículo<sup>14</sup>.

O agente do crime, ou como refere Francisco Marques Vieira (2007:66), “o delinquente estradal”, é aquele que utiliza um conjunto de técnicas que são executadas por forma a concretizar o movimento do veículo.

Tal como o crime de condução em estado de embriaguez (art.º 292º, nº1 do CP), também o crime de condução sem habilitação legal, é um crime monosubjectivo, ou como referido anteriormente, um crime de mão própria.

#### **1.2.2 Títulos que habilitam a condução de veículos a motor**

Os títulos que habilitam a condução de veículos a motor são a carta e a licença de condução. O primeiro habilita à condução de automóveis e motociclos e o segundo à condução de motociclos de cilindrada não superior a 50cm<sup>3</sup>, ciclomotores, tratores agrícolas ou florestais, ou outros veículos a motor para a qual não seja necessária carta de condução (Vieira, 2007:160).

Conforme disposto no artigo 123.º do CE, a carta e a licença de condução habilitam a conduzir diversas categorias especificadas neste artigo, e para as quais é necessária uma diferente formação e avaliação à aptidão física e mental dos condutores (Decreto-Lei 209/09 de 15 de julho). Tal como refere Francisco Marques Vieira (2007:161), “a perícia e a técnica de condução de um motociclo é substancialmente diferente da condução de um automóvel ligeiro, e a deste diferente de um veículo

---

<sup>13</sup> Sobre a definição de via pública e equiparada *vide supra* 1.1.1.2.

<sup>14</sup> Sobre as características de agente do crime *vide supra* 1.1.1.4.

pesado”, pois como é natural, a dificuldade varia consoante o tamanho, a velocidade e o peso do veículo.

No entender do legislador, o condutor que teve uma maior formação e exigente avaliação, e por isso está habilitado a conduzir veículos considerados de maior complexidade, está também habilitado a conduzir veículos de menor complexidade, conforme o preceituado no artigo 123.º, n.º 2 a 8 do CE.

A nossa opinião vai de encontro ao mencionado por Francisco Marques Vieira (2007), relativamente à punição do crime de condução ilegal, ou seja, quanto maior é a complexidade de condução do veículo, maior deveria ser a punição para a sua condução de forma ilegal. Os n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de janeiro, fazem esta mesma distinção, punido a condução ilegal de veículo automóvel e motociclo de uma forma mais gravosa e a condução ilegal de veículo a motor, para os quais se exige a titularidade de licença de condução, de uma forma menos gravosa. Mas esta distinção deveria, em nossa opinião, ter ido mais longe, sendo feita principalmente entre veículo ligeiro e veículo pesado, tal como acontece no crime de condução de veículo em estado de embriaguez, pois o perigo de conduzir um veículo pesado sem habilitação, não é o mesmo de conduzir um veículo ligeiro, mesmo admitindo estes o mesmo título de condução.

### **1.2.3 Penas e medidas de segurança aplicáveis**

O crime de condução de veículo sem habilitação legal, preceituado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98 de 3 de janeiro, é punível com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias, ou, no caso de condução de motociclo ou automóvel, com pena de prisão até dois anos ou multa de 240 dias.

Tal como na condução de veículo em estado de embriaguez (art.º 292º, nº1 do CP), a perda de veículo preceituada no artigo 109.º, n.º1 do CP, é algo que na opinião de Germano Marques da Silva (1996), e na nossa opinião, parece improvável, uma vez que o veículo por si só não representa um perigo à segurança das pessoas, mas temos, que considerar que este pode vir a ser utilizado para o cometimento de novos factos ilícitos típicos.



## Capítulo II – Breve abordagem Processual Penal

### 2.1. Detenção

#### 2.1.1 Conceito de detenção

Não existe, na lei, uma aceção do conceito de detenção, pois não é da sua competência fazê-lo. A definição de detenção pertence ao intérprete, não sendo porém uma tarefa fácil.

O termo deter significa “impedir, interromper, fazer cessar, ter sob guarda, sob prisão...”<sup>15</sup>, sendo a detenção uma privação da liberdade “cujo fundamento-jurídico se afere do artigo 27.º da CRP” (Valente, 2004:283). A CRP só permite esta privação da liberdade nos casos expressamente enumerados nas alíneas deste artigo 27.º, n.º3, como são o caso da detenção em flagrante delito [al. a)], detenção preventiva por fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos [al. b)], detenção de pessoa que tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou contra a qual esteja em curso processo de extradição ou de expulsão [al. c)], detenção por decisão judicial em virtude de desobediência a decisão tomada por um tribunal ou para assegurar a comparência perante AJ competente [al. f)], detenção de suspeitos, para efeitos de identificação, nos casos e pelo tempo estritamente necessários [al. g)], internamento de portador de anomalia psíquica em estabelecimento terapêutico adequado, decretado ou confirmado por AJ competente [al. h)].

A detenção é uma privação da liberdade durante um certo período de tempo, podendo esta privação ser total ou parcial, sendo forçosamente sujeita a intervenção judicial é temporária e condicional, ou, nas palavras de Germano Marques da Silva (2008:262) “a provisoriedade e a finalidade específica são características essenciais para caracterizar a detenção no direito português”.

Já para Manuel Guedes Valente (2004:285), “a detenção é uma medida privativa da liberdade meramente cautelar não só precária, temporária ou provisória, mas também com finalidades específicas”.

---

<sup>15</sup> Dicionário Universal, (1998), *Mais Gramática Língua Portuguesa*, 2ª Edição, Lisboa, Texto Editora;

Na nossa opinião, importa ainda distinguir os dois regimes que antecedem a condenação, e que devem ser orientados pelos princípios da legalidade, da proporcionalidade e adequação e da necessidade enunciados nos artigos 191.º e 193.º do CPP.

A diferenciação entre detenção e prisão preventiva é feita desde a composição inicial do CPP (Silva, 2008:261), e apesar de algumas equivalências - privação da liberdade – o espaço de tempo é diferente, sendo o da detenção, em princípio, mais diminuto (Valente, 2004:284).

A prisão preventiva, prevista no artigo 202.º do CPP, é a medida de coação mais grave e privativa da liberdade no nosso ordenamento jurídico, aplicável exclusivamente por um Juíz de Instrução Criminal (JIC) e com regras muito específicas. A detenção, por outro lado, prevista no artigo 254.º do CPP, pode ser executada por qualquer cidadão, em circunstâncias muito particulares, obedecendo igualmente a regras muito concretas nos termos do CPP.

### **2.1.2 Finalidades da detenção**

No artigo 254.º do CPP vêm enunciadas as finalidades da detenção, tendo em conta as circunstâncias que a originaram (Albuquerque, 2007:656):

- a) Para julgamento do detido em processo sumário;
- b) Para apresentação do detido ao juíz competente para o primeiro interrogatório judicial, nos termos definidos no artigo 141.º do CPP, ou para aplicação ou execução de uma medida de coação; e
- c) Para assegurar a presença do detido, em ato processual, perante a AJ.

No caso das alíneas a) e b), cujo prazo de apresentação não pode exceder as 48 horas, estamos perante situações de detenção em flagrante delito ou fora de flagrante delito, onde, em ambos os casos, o detido é presente ao juíz para julgamento em processo sumário ou para eventual aplicação de medida de coação (Silva, 2008:263).

No caso de apresentação para ato processual perante AJ, esta serve para evitar faltas consecutivas dos intervenientes, evitando desta forma atrasos no processo.

### **2.1.3 Da detenção em flagrante delito**

#### **2.1.3.1 Conceito de flagrante delito**

O conceito de flagrante delito vem regulado no artigo 256.º do CPP como sendo “o crime que se está cometendo ou acabou de cometer”.

Para Maia Gonçalves (1980:390), o flagrante delito “verifica-se quando o crime é surpreendido durante a sua execução”.

Importa ainda diferenciar o conceito de flagrante delito, do quase flagrante delito e da presunção de flagrante delito.

O flagrante delito é o presente, traduzindo um crime que está a ser cometido no preciso momento em que o agente é surpreendido (Silva, 2008:265). O quase flagrante delito já não corresponde ao momento em que o agente está a praticar o crime mas ao momento em que acabou de o cometer, mostrando surpresa e denunciando desta forma ser o autor do delito. No quase flagrante delito, o agente tem de ser surpreendido no local onde é cometido o crime (Silva, 2008:266). Nas palavras de Maia Gonçalves (1980:390) “o quase flagrante delito verifica-se quando o infractor é surpreendido no local da infracção, no momento em que acabou de a cometer, evidenciando a surpresa a existência e a autoria da infracção”. Relativamente à presunção de flagrante delito esta reporta-se aos casos em que o infrator é perseguido ou encontrado após o cometimento de um crime com objetos ou sinais que evidenciem a prática deste. “A presunção de flagrante delito existe quando se verifica o condicionalismo do segundo período do art.º 288.<sup>16</sup>. O infractor não é detido no local da infracção, nem tampouco durante a execução ou logo que a findou, mas é perseguido logo após a prática do crime, ou encontrado com objectos ou sinais que mostrem a sua participação”. (Gonçalves, 1980:390).

No caso dos crimes permanentes, vem disposto no artigo 256.º n.º 3 do CPP, que para haver flagrante delito exige-se “actualidade do crime e, simultaneamente, evidência probatória” (Valente, 2004:290).

---

<sup>16</sup> Correspondente ao atual n.º 2 do artigo 256.º do CPP;

### **2.1.3.2 Detenção em flagrante delito**

Percebendo agora o conceito de flagrante delito, importa esclarecer a noção de detenção em flagrante delito e quem possui os poderes para efetuar esta detenção.

O CPP prevê que qualquer AJ ou entidade policial deve proceder à detenção do agente que tiver cometido um crime punível com pena de prisão. A detenção do provável agente só pode ser feita por qualquer outra pessoa quando a AJ ou a entidade policial não estiver presente ou não puder ser chamada em tempo útil, ou, nas palavras de Paulo Pinto de Albuquerque (2007:659), “a detenção em flagrante delito de crime punível com pena de prisão é obrigatória para a AJ ou entidade policial. Essa detenção é facultativa e subsidiária para qualquer outra pessoa, podendo ter lugar quando a AJ ou entidade policial não estiver presente nem puder ser chamada a tempo útil”.

No caso de um crime público a AJ ou entidade policial deve proceder à detenção em flagrante delito. No caso de se tratar de um crime de natureza semi-pública a AJ ou entidade policial deve proceder à detenção por crimes em flagrante delito, mas a detenção só poderá manter-se se, em ato a ela seguida, o titular do direito de queixa o exercer (art. 255º n.º 3 do CPP) – “devendo a AJ ou entidade policial levantar ou mandar levantar auto em que a queixa fique registada” (Valente, 2004:291). Por fim, nos casos de crime particular, quando em flagrante delito, a AJ ou entidade policial não podem proceder à detenção.

Não sendo o MP o órgão que efetuou a detenção, a AJ ou a entidade policial devem, em todos os casos de detenção em flagrante delito, fazer a comunicação ao MP.

### **2.1.4 Da detenção fora de flagrante delito**

A detenção fora de flagrante delito só é admissível por mandado do juiz ou, em casos excepcionais, do MP ou das Autoridades de Polícia Criminal (APC) (art.º 257º do CPP), quando previstos os pressupostos legais preceituados no artigo 27.º da CRP (Valente, 2010: 324; Silva, 2011:329). Esta detenção só pode então ser efetuada quando hajam fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos [al.b)]; a pessoa tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou contra a qual esteja em curso processo de extradição ou de expulsão [al.c)]; por decisão judicial em virtude de desobediência a decisão tomada por um tribunal ou para assegurar a comparência perante AJ competente

[al.f)], e para efeitos de identificação, nos casos e pelo tempo estritamente necessários [al.h)].

Apesar de não ter implicação direta no tema deste trabalho, refira-se que a detenção fora de flagrante delito tem que preencher pressupostos formais, que correspondem ou aos mandados das AJ ou às ordens das APC (art.º 258º do CPP) e pressupostos materiais, relativos aos mandados do juíz, aos mandados do MP e às ordens das APC.

#### **2.1.4.1 Pressupostos materiais**

2.1.4.1.1 O mandado de detenção só pode ser emitido pelo juíz caso se verifiquem determinadas finalidades que resultam da aceção conjunta do art.º 27 da CRP e do artigo 254.º do CPP (Valente, 2010:325; Silva, 2011:331):

- a) Aplicação ou execução da pena ou de uma medida de coação [art.º 254º, nº1 al. a) do CPP];
- b) Desobediência a decisão tomada por um tribunal e assegurar a presença imediata do detido perante a AJ em ato processual coação [art.º 27º, nº3 al. f) da CRP conjugado com o art.º254º, nº1 al. b) do CPP]; e
- c) Por fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos, ou a pessoa tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou contra a qual esteja em curso processo de extradição ou de expulsão [art.º 27º, nº3 al. b) e c) da CRP].

2.1.4.1.2 O mandado de detenção a emitir pelo MP tem caracter excecional e só podem ser emitidos quando:

- a) Existam fundadas razões para considerar que o visado se não apresentaria espontaneamente perante AJ no prazo que lhe fosse fixado [art.º 257º, nº1 al. a) do CPP];
- b) Se verifique, em concreto, alguma das situações previstas no artigo 204.º, que apenas a detenção permita acautelar [art.º 257º, nº1 al. b) do CPP]; e
- c) Se tal se mostrar imprescindível para a proteção da vítima [art.º 257º, nº1 al. a) do CPP].

2.1.4.1.3 Relativamente às APC, estas só podem ordenar a detenção fora de flagrante delito, por iniciativa própria, quando:

- a) Se tratar de caso em que é admissível a prisão preventiva [art.º 257º, nº2 al. a) do CPP];
- b) Existirem elementos que tornem fundados os receios de fuga ou de continuação da atividade criminosa [art.º 257º, nº2 al. b) do CPP]; e
- c) Não for possível, dada a situação de urgência e de perigo na demora, esperar pela intervenção da AJ [art.º 257º, nº2 al. c) do CPP]. Segundo Manuel Guedes Valente (2010:328), “se a APC contactar a AJ, não pode, posteriormente, argumentar que não era possível a sua intervenção e justificar o *periculum in mora*”.

#### **2.1.4.2 Pressupostos formais**

Os pressupostos formais, como referido anteriormente, são os preceitos previstos artigo 258.º do CPP dos mandados das AJ ou as ordens das APC (Valente, 2010:329; Silva, 2011:333), que são passados em triplicado e devem conter sob pena de nulidade [art.º 258º, nº1 do CPP]:

- a) A data da emissão [al. a)];
- b) A assinatura da AJ ou de polícia criminal competentes [al. a)];
- c) A identificação da pessoa a deter [al. b)]; e
- d) A indicação do facto que motivou a detenção e das circunstâncias que legalmente a fundamentam [al. c)].

#### **2.1.5 Dever de comunicação**

Após proceder a uma detenção, seja ela em flagrante ou fora de flagrante delito, o Órgão de Polícia Criminal (OPC) – entidade policial – ou o funcionário da justiça, deve comunicá-la de imediato ao juiz do qual dimanar o mandado de detenção, se esta tiver a finalidade referida na alínea b) do artigo 254.º do CPP ou, nos restantes casos, ao MP (art.º 259º do CPP).

## 2.2 O processo sumário

Os julgamentos em processo sumário têm lugar quando o arguido seja maior de dezoito anos, na altura em que pratica o crime, ou seja, no momento em que é detido, ou nas palavras de Germano Marques da Silva (2000:18), “que o arguido tenha completado dezoito anos ao tempo do facto, isto é, ao tempo da prática do facto que coincidirá com o da detenção”, e tenha sido detido em flagrante delito<sup>17</sup>, nos termos dos artigos 255.º e 256.º, por crime punível com pena de prisão cujo limite máximo não seja superior a 5 anos por qualquer AJ ou entidade policial, ou em casos que tenha sido detido por outra pessoa, o detido tenha sido entregue a uma das entidades referidas num prazo que não exceda duas horas, tendo estas redigido auto sumário da entrega [art.º 381º, nº1 al. a) e b) do CPP].

Poderão ser ainda julgados em processo sumário, os detidos em flagrante delito por crime punível com pena de prisão de limite máximo superior a 5 anos, mesmo em caso de concurso de infrações, quando o MP entenda não dever ser aplicada, em concreto, pena de prisão superior a 5 anos (art.º 381º, nº2 do CPP).

A AJ ou a entidade policial que tiverem procedido à detenção, apresentam o detido, imediatamente ou no mais curto prazo possível, ao MP junto do tribunal competente para o julgamento. Se houver razões para crer que a audiência de julgamento não se pode iniciar no prazo de quarenta e oito horas após a detenção, o MP liberta imediatamente o arguido, sujeitando-o, se disso for caso, a TIR, ou apresenta-o ao juiz para efeitos de aplicação de medida de coação ou de garantia patrimonial (art.º 382º, nº 1 e 3 do CPP).

Quando tenha havido libertação do arguido em virtude da detenção ter ocorrido fora do horário de funcionamento normal dos tribunais, elabora-se o TIR (artigo 385.º, nº1 e 3, do Código de Processo Penal), e o início da audiência ocorre no primeiro dia útil seguinte àquele em que foi detido, mantendo-se, pois, a forma de processo sumário.

Se for necessário efetuar diligências de prova, essenciais para descoberta da verdade, o MP, notifica o arguido e as testemunhas para comparecerem numa data compreendida nos 15 dias posteriores à detenção para apresentação a julgamento em processo sumário, advertindo o arguido de que aquele se realizará, mesmo que não compareça, sendo representado por defensor (art.º 382º, nº 4 do CPP).

---

<sup>17</sup> Sobre o conceito de detenção em flagrante delito *vide supra* 2.1.3.2.

### **2.2.1 Tramitação do processo**

Em situações de inadmissibilidade, no caso, do processo sumário [al.a)]; de não poder-se realizar no prazo máximo, as diligências de prova necessárias [al.b)], ou nos casos, dos procedimento se revelarem de excecional complexidade [al.c)], o tribunal pode remeter os autos ao MP para a tramitação sob outra forma processual (art.º 390º do CPP).

Se, após receção dos autos, o MP deduzir acusação em processo comum com intervenção do tribunal singular, em processo abreviado, ou requerer a aplicação de pena ou medida de segurança não privativas da liberdade em processo sumaríssimo, a competência para o respetivo conhecimento mantém-se no tribunal competente para o julgamento sob a forma sumária (art.º 390º, nº2 do CPP).

### **2.2.2 Arquivamento e suspensão do processo**

O MP, em concordância com o juiz de instrução, pode decidir-se pelo arquivamento do processo. Mesmo se a acusação já tiver sido deduzida, enquanto esta decorrer, pode o MP, juntamente com o juiz de instrução, mandar arquivar o processo, não sendo esta decisão de arquivamento, suscetível de impugnação (art.º 280º do CPP).

Pode ainda, oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente, com a concordância do juiz de instrução, determinar a suspensão do processo, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta (art.º 281º, nº1 do CPP), mas apenas quando se verificar: concordância do arguido e do assistente [al.a)]; ausência de condenação anterior por crime da mesma natureza [al.b)]; ausência de aplicação anterior de suspensão provisória de processo por crime da mesma natureza [al.c)]; ausência de um grau de culpa elevado [al.e)] e ser de prever que o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir [al.f)].

Na circular 6/2012, emitida pelo Procurador-Geral da República, Fernando José Matos Pinto Monteiro, formulam-se orientações e recomendações de carácter genérico, designadamente relativas a factores a ter em consideração na apreciação e decisão de aplicação do instituto, a parâmetros genéricos sobre possíveis injunções ou regras de conduta, à indicação de programas, a informações decorrentes da experiência prática dos magistrados e à articulação com entidades externas cuja participação ou colaboração se mostre necessária. Assim, no âmbito dos inquéritos em que esteja em



causa a prática de crime de condução em estado de embriaguez (art.º 292º do CP), os magistrados do MP deverão apreciar e equacionar a possibilidade de aplicação de soluções alternativas à dedução de acusação e submissão a julgamento, mais concretamente, a aplicação de injunções.

## 2.3 A prova

“O processo destina-se à aplicação do direito; a aplicação do direito tem por objecto realidades de facto” (Ferreira, 1986:203).

O artigo 341.º do Código Civil (CC) refere “que as provas têm por função a demonstração da realidade dos factos”, podendo, segundo Germano Marques da Silva (2008:110), serem retiradas duas conceções relativamente a esta disposição: a prova enquanto forma de produzir um determinado resultado (meio de prova<sup>18</sup>) e o próprio resultado ou juízo sobre o facto (resultado probatório). Já na opinião de Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986:203), “a prova é tomada como o resultado da apreciação dos meios de prova”.

Nas palavras de Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986:203), “a prova pode ser considerada como o conjunto de meios de prova, ou como o resultado da apreciação dos meios de prova utilizados”.

Já para Paulo de Sousa Mendes (*cit in* Jesus, 2011:74) “a prova é o esforço metódico através do qual são demonstrados os factos relevantes para a existência do crime, a punibilidade do arguido e a determinação da pena ou medida de segurança aplicáveis”.

De acordo com Germano Marques da Silva (2008:113), pode o termo prova pode utilizar-se num “tríplice significado”:

- a) A prova enquanto atividade probatória, ou seja, um ato ou um conjunto de atos que têm como objetivo convencer a entidade decisora sobre a existência ou não de um determinado facto;
- b) A prova enquanto resultado, ou seja, a convicção da entidade decisora sobre a existência ou não de um determinado facto; e
- c) A prova enquanto meio, ou seja, o instrumento utilizado para convencer a entidade decisora sobre a existência ou não de um determinado facto.

---

<sup>18</sup> Sobre os meios de prova *vide* infra 2.4;

### **2.3.1 Tipos de prova**

#### **2.3.1.1 Prova direta e prova indireta**

De acordo com Paulo Saragoça da Mata (*cit in* Jesus, 2011:78), “quer a prova directa quer a prova indirecta vivem através dos meios de prova, mecanismos predeterminados que servem de modos de percepção da realidade ou de presunção de factos tendentes a demonstrar a realidade”.

Referimo-nos à prova direta, quando esta incide diretamente sobre os meios de prova, sobre o tema da prova, ou nas palavras de Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986:207) “se a prova incide imediatamente sobre os factos probandos, sobre o tema da prova, esta diz-se directa”. A prova diz-se indireta ou indiciária (Silva, 2008:114), quando incide sobre diversos factos do tema da prova, mas que permitem uma dedução da qual se conclui o facto a provar, através da utilização das regras da experiência, ou segundo Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986:207), “se a prova incide sobre factos diversos do tema da prova, mas que permitem, com auxílio das regras da experiência uma ilacção quanto a este, a prova diz-se indirecta”.

A prova indireta é uma prova, segundo Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986:208), extremamente importante no processo penal e de enorme aplicação, mas é também uma prova inconsistente e traiçoeira, pois tal como referido anteriormente é uma prova que se obtém através de deduções lógicas, que são mais ou menos falíveis, o que tornam esta prova, uma prova bastante frágil. Já para Germano Marques da Silva (2008:118), “a natureza indiciária da prova significa que não se exige a prova plena, a prova, mas apenas a probabilidade, fundada em elementos de prova que, conjugados, convençam da possibilidade razoável de ao arguido vir a ser aplicada uma pena ou medida de segurança criminal”, ou seja, que os diversos factos do tema da prova, de uma forma conjugada, sejam suficientes para se retirar uma conclusão relativa punibilidade, ou não, do arguido.

#### **2.3.1.2 Prova pessoal e prova real**

Na prova pessoal, tal como refere Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986:209), o verdadeiro facto probando é o Homem, ou seja, resulta da conduta de uma pessoa, conduta esta que se pode traduzir no seu depoimento, tanto como testemunha como

declarante. “Na prova pessoal, as pessoas relatam factos probandos de que têm conhecimento”.

Na prova real o meio de prova resulta da observação de factos, como são os documentos ou o instrumento do crime. Na prova real o verdadeiro facto probando é uma coisa.

O Homem, que é o verdadeiro facto probando da prova pessoal, pode tornar-se em objeto de prova real, quando utilizado como objeto de observação ou de exame, como é por exemplo, o caso do exame pericial.

### **2.3.2 O tema da prova**

De acordo com o disposto no artigo 124.º do CPP “constituem objecto da prova todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis e os factos relevantes para a determinação da responsabilidade civil”. Ou seja, e de acordo com Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986:205), o tema da prova são todos os factos juridicamente relevantes para o processo.

Para Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986:206), “em julgamento só podem ser provados factos que fundamentem a responsabilidade penal ou a sua agravação que constem de acusação recebida pela pronúncia; os factos que excluam ou atenuem a responsabilidade penal podem ser provados em julgamento, mesmo quando não tenham sido alegados pela defesa”.

Os factos podem-se diferenciar em factos principais e acessórios de acordo com a sua influência no julgamento, ou consoante a sua força probatória dos meios de prova dos factos que constituem objeto do processo, como é o caso da credibilidade das testemunhas, a idoneidade dos peritos e a genuidade dos documentos (Ferreira, 1986:206).

Os factos probandos podem ainda distinguir-se em factos interiores que dizem respeito aos pensamentos, motivos, dolo, premeditação, culpa, erro e tendências criminosas e em factos exteriores, que são as ações ou eventos (Silva, 2008: 119), “são os que tomam forma no mundo exterior. A maior parte das vezes, os factos interiores não se provam directamente, mas por ilacção dos indícios ou factos exteriores. Os factos probandos podem, sobretudo, distinguir-se em razão do efeito jurídico que

condicionam, e serão factos constitutivos, impeditivos, modificativos ou extintivos da responsabilidade penal.” (Ferreira, 1986:206).

### **2.3.3 Os princípios da prova**

#### **2.3.3.1 Princípio da presunção de inocência**

O princípio da presunção de inocência é um verdadeiro princípio da prova e vem consagrado no artigo 2.º da CRP, constituindo um dos direitos fundamentais dos cidadãos tal como disposto no artigo 18.º, n.º1 da CRP. É um direito reconhecido internacionalmente, mencionado no artigo 6.º, n.º2 da Convenção Europeia para a proteção dos Direitos e Liberdades Fundamentais; no artigo 14.º, n.º2 do Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos e no artigo 11.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que declara que “toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas” (Silva, 2008).

Este princípio permite a proteção de suspeitos, para que não sejam considerados culpados, até prova em contrário, ou nas palavras de Germano Marques da Silva (2008), “só a prova dos factos imputados, produzida legalmente, pode servir para destruir a presunção provisória de inocência”.

#### **2.3.3.2 Princípio *in dubio pro reo***

O princípio *in dubio pro reo* decorre em parte o princípio da presunção de inocência, ou nas palavras de Manuel Cavaleiro de Ferreira (cit in Dias 1981:214), “dalguma maneira uma presunção de inocência é o próprio princípio *in dubio pro reo*”.

Desta forma, este é um princípio que só tem aplicabilidade relativamente à prova, onde se deve considerar a percepção que se entender mais correta, e não a mais favorável para o arguido. Só nos casos em que permanecer uma dúvida existencial, é que deve decidir-se a favor do arguido (Dias, 1981:215).

Contudo, tal situação não deve ser mal interpretada, pois este princípio não deve ser invocado para justificar uma decisão favorável ao arguido (Dias, 1981:217).

O princípio *in dubio pro reo* é segundo Jorge Figueiredo Dias (1981:216) um princípio que “se aplica às causas de exclusão da ilicitude, da culpa e da pena, e portanto também às chamadas condições objectivas de punibilidade”.

### **2.3.3.3 Princípio da investigação**

O princípio da investigação vem previsto no artigo 340.º, n.º1 do CPP e refere que “o tribunal ordena, oficiosamente ou a requerimento, a produção de todos os meios de prova cujo conhecimento se lhe afigure necessário à descoberta da verdade e à boa decisão da causa”.

Nas palavras de Germano Marques da Silva (2008:127), “o princípio da investigação significa que, em última instância, recai sobre o juiz o encargo de investigar e esclarecer oficiosamente o facto submetido a julgamento”.

## **2.4 Os meios de prova**

A disciplina dos vários meios de prova vem disposta no Título II, do Livro III do Código Processo Penal.

Tal como referido anteriormente, “a prova é o esforço metódico através do qual são demonstrados os factos relevantes para a existência do crime”<sup>19</sup> (Paulo de Sousa Mendes *cit in* Jesus, 2011:74), estes factos são demonstrados através dos meios de prova, que “são elementos de que o julgador se pode servir para formar a sua convicção sobre um facto” (Augusta, 2004).

### **2.4.1 A prova testemunhal**

A prova testemunhal é a prova pessoal<sup>20</sup>, porque resulta do depoimento, do testemunho de uma pessoa.

Nas palavras de Germano Marques da Silva (2008:161) “a prova testemunhal é essencialmente constituída pela narração de um facto juridicamente relevante de que a testemunha tem conhecimento”.

O artigo 128.º, n.º1 do CPP dispõe que “a testemunha é inquirida sobre factos de que possua conhecimento directo e que constituam objecto da prova”. Em suma, e segundo Germano Marques da Silva (2008:162), o que se espera da testemunha é que esta relate os factos de que tem conhecimento, para que desta forma o tribunal possa retirar a sua ilacção sobre os factos.

---

<sup>19</sup> Vide supra parágrafo IV.2.3;

<sup>20</sup> Sobre a prova pessoal vide supra parágrafo I.2.3.1.2;

Qualquer pessoa que se não encontrar interdita por anomalia psíquica tem capacidade para ser testemunha e só pode recusar-se nos casos previstos na lei (art.º 131º, nº1 do CPP).

A testemunha tem como deveres apresentar-se, no tempo e no lugar devidos, à autoridade por quem tiver sido legitimamente convocada ou notificada, mantendo-se à sua disposição até ser por ela desobrigada [al.a)]; prestar juramento, quando ouvida por AJ [al.b)]; obedecer às indicações que legitimamente lhe forem dadas quanto à forma de prestar depoimento [al.c)]; e responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas [al.d)].

Como direitos a testemunha não é obrigada a responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilização penal (nº2); para o efeito de ser notificada, a testemunha pode indicar a sua residência, o local de trabalho ou outro domicílio à sua escolha (nº3); sempre que deva prestar depoimento, ainda que no decurso de ato vedado ao público, a testemunha pode fazer-se acompanhar de advogado, que a informa, quando entender necessário, dos direitos que lhe assistem, sem intervir na inquirição (nº4), por fim, não pode acompanhar a testemunha, nos termos do número anterior, o advogado que seja defensor de arguido no processo (nº5).

## 2.5 Os meios de obtenção de prova

A matéria relativa aos vários meios de obtenção de prova encontra-se prevista no Título III, do Livro III do Código Processo Penal.

“Os meios de obtenção de prova são instrumentos de que se servem as autoridades judiciais para investigar e recolher meios de prova; não são instrumentos de demonstração do *thema probandi*, são instrumentos para recolher no processo esses instrumentos” (Silva, 2008:233), ou seja, os meios de obtenção de prova, são os instrumentos, utilizados pelas AJ, para recolher os elementos que irão servir para formar uma convicção ao julgador sobre um determinado facto<sup>21</sup>.

Desta forma, e uma vez que, são os instrumentos utilizados para recolher os meios de prova, o modo como são obtidos, é algo extremamente importante. Em suma, e apesar destes meios serem utilizados para recolher os meios de prova, podem, eles próprios, servir, em alguns casos, como próprios meios de prova, como são por exemplo

---

<sup>21</sup> Sobre os meios de prova *vide supra* 2.4;

o caso dos exames de análise ao sangue para detecção de álcool em condutores, que são um meio de obtenção de prova, mas relativamente ao resultado das análises, estas são um meio de prova (Silva, 2008:234).

### **2.5.1 Os exames**

O tema relativo aos exames, vem consagrado no artigo 171.º, n.º1 do CPP, que dispõe que “por meio de exames das pessoas, dos lugares e das coisas, inspeccionam-se os vestígios que possa ter deixado o crime e todos os indícios relativos ao modo como e ao lugar onde foi praticado, às pessoas que o cometeram ou sobre as quais foi cometido”. Os exames têm como objetivo, e conforme Germano Marques da Silva (2008:234), “fixar documentalmente” ou possibilitar ao tribunal a análise direta do próprio exame, proporcionando o conhecimento de “factos relevantes em matéria probatória”.

“Os exames podem ter por objecto as pessoas” (Silva, 2008:234), tendo-se sempre em conta o direito à integridade pessoal e à reserva da intimidade das pessoas sujeitas a exame, não sendo permitido criar qualquer tipo de perigo para a sua saúde, e tratando-se, mais especificamente de análises ao sangue, os exames efetuados e as amostras recolhidas só podem ser utilizadas no processo em curso ou em outro já instaurado, devendo ser destruídos, mediante despacho do juiz, logo que não sejam necessários (art.º 172º, nº2 do CPP).

Aos OPC compete, durante o inquérito e a instrução, impedir o extravio dos meios de prova, utilizando para tal todas as providências cautelares necessárias (Silva, 2008:234), “mesmo antes de receberem ordem da autoridade judiciária competente para procederem a investigações, praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova” (art.º 249º, nº1 do CPP).

Qualquer pessoa pode ser compelida, por decisão da AJ competente e quando o exame se mostrar necessário para assegurar as finalidades do processo, a submeter-se a exame ou a facultar coisa que deva ser examinada (art.º 172º, nº1 do CPP). “Os exames susceptíveis de ofender o pudor das pessoas devem respeitar a dignidade e, na medida do possível, o pudor de quem a eles se submeter” (art.º 172, nº3 do CPP).

### **2.5.2 Exames para detecção de álcool nos condutores**

Como já referenciado em capítulos anteriores<sup>22</sup>, o artigo 152.º, n.º1 do CE impõe que devem submeter-se às provas estabelecidas para a detecção do estado influenciado pelo álcool, os condutores [al.a)]; os peões, sempre que sejam intervenientes em acidentes de trânsito [al.b)] e as pessoas que se propuserem a iniciar a condução [al.c)], sob pena de incorrerem no crime de desobediência.

Qualquer condutor pode assim, ser submetido a exame de pesquisa de álcool no ar expirado, realizado por autoridade ou agente de autoridade, mediante a utilização de aparelho aprovado para o efeito<sup>23</sup> (art.º 153º, nº1 do CE), ou então, sujeito a análise sanguínea.

De acordo com o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 319/95, a sujeição dos condutores ao exame de pesquisa de álcool no ar expirado por parte das autoridades policiais, por iniciativa própria e como medida cautelar, destinada a garantir a recolha atempada dos vestígios do crime, não atinge quaisquer direitos ou valores constitucionalmente tutelados. “Na verdade, a submissão ao exame é plenamente justificada pela tutela da segurança rodoviária e dos direitos fundamentais de terceiros, revelando-se tal medida proporcionada e adequada”.

Conforme a Comissão Europeia dos Direitos do Homem (cit in Jesus, 2011:156), “uma intervenção tão banal como o exame de sangue” não viola o disposto no artigo 2.º, n.º1 do seu Regulamento, assim como os artigos 3.º e 5.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, uma vez que, um indivíduo sujeito a exame de sangue, não é submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Em suma, ambos os exames de pesquisa de álcool no sangue, são totalmente livres de qualquer inconstitucionalidade, e como tal, são importantes meios de obtenção de prova.

## **2.6 A atuação dos Órgãos de Polícia Criminal**

Os OPC são, segundo o artigo 1.º al. c) do CPP, “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código”.

---

<sup>22</sup> Relativamente aos procedimentos para a determinação da TAS *vide supra* parágrafo XI.1.1.4;

<sup>23</sup> *Vide supra* parágrafo IV.1.1.4;



Compete aos OPC “coadjuvar as autoridades judiciárias com vista à realização das finalidades do processo” (art.º 55º, nº1 do CPP) e em especial, “mesmo por iniciativa própria, colher notícia dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo os actos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova” (art.º 55º, nº2 do CPP), cujas disposições se encontram previstas no Livro VI, Título I, Capítulo I, II e III do Código Processo Penal (Valente, 2004:259).

Os OPC “actuam sob a directa orientação do MP e na sua dependência funcional” (art.º 263º, nº2 do CPP), coadjuvando na fase de inquérito, que segundo Manuel Guedes Valente (2004:260), é “o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação”.

Ao possuírem conhecimento de um facto que constitua crime, os OPC devem antes da intervenção da AJ competente, proceder a todos os atos que considerarem necessários para assegurar os meios de prova, nas palavras de Manuel Guedes Valente (2009:241) os OPC têm “a responsabilidade na prevenção criminal – ex vi art.º 272º da CRP –, e a necessidade de salvaguardar todos os meios de prova - quer inculpem, quer inocentem o arguido –, pelo que deve socorrer-se da máxima objectividade e isenção na promoção das medidas cautelares de polícia”.

Por conseguinte, o OPC que tiver notícia de um crime deve, no mais curto prazo possível, comunicá-lo ao MP (art.º 248º, nº1 do CPP) e, nos casos de maior urgência a transmissão a pode ser feita por qualquer meio de comunicação disponível para o efeito, sendo que a comunicação oral deve ser seguida de comunicação escrita (art.º 248º, nº3 do CPP). De acordo com Manuel Guedes Valente (2004:272) “a comunicação a que estão obrigados os OPC, em regra deve ser o auto de notícia”.

### **2.6.1 Auto de Notícia**

Sempre que uma AJ, um OPC ou outra entidade policial presenciarem qualquer crime de denúncia obrigatória, levantam ou mandam levantar auto de notícia (art.º 243º, nº1 do CPP), devendo estes ser redigidos de modo perfeitamente legível, não contendo espaços em branco que não sejam inutilizados, nem entrelinhas, rasuras ou emendas que não sejam ressalvadas (art.º 94º, nº1 do CPP). No auto de notícia devem constar:

- a) Os factos que constituem o crime [al.a)];

- b) o dia, a hora, o local e as circunstâncias em que o crime foi cometido [al.b)];
- c) a identificação dos agentes e dos ofendidos, bem como todos os meios de prova conhecidos, nomeadamente as testemunhas que possam depor sobre os factos que originaram o auto de notícia [al.c)];
- d) a menção do dia, mês e ano da prática do ato, bem como, tratando-se de ato que afete liberdades fundamentais das pessoas, da hora da sua ocorrência, com referência ao momento do respetivo início e conclusão (art.º 94º, nº6 do CPP);
- e
- e) a assinatura da entidade que o levantou e pela que o mandou levantar, e sempre que possível pelo infrator, devendo ser lavrada certidão em caso de recusa (Silva, 1996:83).

O Auto de Notícia é um documento que vale como documento autêntico, conforme o artigo 363.º, n.º2 do CC, quando levantado ou mandado levantar pelas autoridades públicas, que apesar de fazer prova dos factos nele constante (art.º 169º do CPP), não serve de prova à prática do crime.

Desta forma, os OPC lavram o auto de notícia quando presenciarem crimes de natureza pública e semipública. Relativamente aos crimes semipúblicos, para iniciarem “a promoção penal, é necessário que o titular do direito de queixa, declare que deseja procedimento criminal contra os agentes do crime” (Valente, 2009:237).

Segundo Manuel Guedes Valente (2009: 230), os OPC quando tomam conhecimento direto e próprio (em flagrante delito) “- *in situ* e em um quadro físico-psíquico imediato -” lavram um auto de notícia por detenção e transmitem-no à AJ.

Assim, o OPC que tiver procedido à detenção deve (Pinto, 2001):

- a) Lavrar o Auto de Notícia por Detenção;
- b) formalizar a Constituição de arguido [art.º 58, nº1, al.c) do CPP]<sup>24</sup>;
- c) informar imediatamente, ao detido, e de forma compreensível as razões da sua prisão ou detenção e dos seus direitos (art.º 27, nº4 da CRP);

---

<sup>24</sup> A constituição de arguido:

- 1 - “A constituição de arguido opera-se através da comunicação, oral ou por escrito, feita ao visado por uma AJ ou um OPC, de que a partir desse momento aquele deve considerar-se arguido num processo penal e da indicação e, se necessário, explicação dos direitos e deveres processuais referidos no artigo 61.º que por essa razão passam a caber-lhe” (art.º 58º, nº2 do CPP).
- 2 - “A constituição de arguido implica a entrega, sempre que possível no próprio acto, de documento de que constem a identificação do processo e do defensor, se este tiver sido nomeado, e os direitos e deveres processuais referidos no artigo 61.º” (art.º 58º, nº2 do CPP).

- d) libertar o arguido se a detenção tiver ocorrido fora do horário de funcionamento normal dos tribunais, notificando-o para comparecer na audiência no primeiro dia útil seguinte àquele em que foi detido (art.º 385.º, n.º1 e 3, do CPP). Exceção para as situações previstas no artigo 20.º da Lei n.º 38/2009 de 20 de julho onde a detenção deve manter-se até o detido ser apresentado em audiência de julgamento;
- e) sujeitar o arguido a TIR;
- f) notificar as testemunhas da ocorrência, no máximo de cinco (art.º 383º, nº1 do CPP); e
- g) informar o arguido que pode apresentar em audiência até cinco testemunhas de defesa (art.º 383º, nº2 do CPP).

### **Capítulo III – Dispensa de comparência da testemunha policial na audiência de julgamento em processo sumário**

Relativamente à dispensa de comparência da testemunha policial em audiência de julgamento em processo sumário aquando da detenção de indivíduos por condução de veículo em estado de embriaguez ou condução de veículo sem habilitação legal, atende-nos dizer que é um tema extraordinariamente importante, uma vez que o tempo despendido pelo elemento policial em tribunal poderia ser revertido em horas de serviço efetivo, contribuindo desta forma para um melhor desempenho da PSP.

Como foi possível observar ao longo das variadas pesquisas bibliográficas efetuadas, sempre que um elemento policial toma conhecimento direto e próprio (em flagrante delito) de um crime público lavra um auto de notícia (por detenção) e transmite-o à AJ. O nosso trabalho de investigação, pretende estudar as concretas situações em que o elemento policial, num normal ato de fiscalização, verifica que o indivíduo que procedia ao ato da condução, o executava sem para tal estar habilitado legalmente, incorrendo assim no crime previsto pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98 de 3 de janeiro, ou verifica, após a elaboração de todos os procedimentos para a determinação da TAS, que o indivíduo que procedia ao ato da condução, o executava com uma TAS igual ou superior a 1,2 g/l, incorrendo assim no crime previsto pelo artigo 292.º n.º1 do CP.

Em suma, o nosso trabalho ocupa-se de estudar as detenções por condução de veículo em estado de embriaguez e detenções por condução de veículo sem habilitação legal, em que não exista recusa à efetivação dos testes ou outro crime associado, como por exemplo injúrias ao captor (ponto 4 da Diretiva nº16/2001 de 29 de março).

Sempre que o OPC procede a uma detenção elabora um auto de notícia por detenção, onde deve constar, sempre que possível a assinatura do infrator, sendo feita certidão em caso de recusa, tal como refere Germano Marques da Silva (1996:83).

Portugal está dividido em quadro Distritos Judiciais, que são, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto. Em cada Distrito Judicial há uma Procuradoria-Geral Distrital e um ou mais Tribunais de Relação.

A Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa representada pela Dra. Procuradora Francisca Van Dunen é uma das quatro Procuradorias Gerais Distritais, composta por

quarenta comarcas, agrupadas em treze círculos judiciais (Lei nº 3/99, 13/1), três nas ilhas e dez em Portugal continental<sup>25</sup>.

Dos treze círculos judiciais pertencentes ao Distrito de Lisboa, apenas as Comarcas da Amadora, Sintra e Oeiras permitem a dispensa de comparência da testemunha policial em audiência de julgamento em processo sumário aquando da detenção de indivíduos por condução de veículo em estado de embriaguez, ou condução de veículo sem habilitação legal, situação que nos parece ir contra o que defende a Circular de 1987 (4/87) da Procuradoria-Geral da República: “só em casos de comprovada necessidade se arrolem como declarantes ou testemunhas agentes de polícias criminais”.

O OPC que tiver procedido a uma detenção terá que libertar o arguido, se a detenção tiver ocorrido fora do horário de funcionamento normal dos tribunais, notificando-o para comparecer na audiência no primeiro dia útil seguinte àquele em que foi detido (art.º 385.º, n.º1 e 3, do CPP). O elemento policial que procede à detenção, apresenta-se em tribunal na qualidade de testemunha de acusação e, habitualmente, só é dispensado quando o julgamento termina. Muitas vezes a testemunha policial está presente em tribunal, nas horas de serviço, prejudicando assim a sua normal atividade profissional, conforme refere o Superintendente-Chefe Paulo Valente Gomes<sup>26</sup> “o tempo que muitas vezes os nossos elementos despendem em tribunal, (...) acaba por penalizar a sua disponibilização para o trabalho policial”. Nas situações em que estão no tribunal fora do seu horário de referência, acabam por penalizar o trabalho policial pois de acordo com o disposto no ponto 4 do Despacho n.º 18/GDN/2011, “tem direito a crédito horário o elemento policial que preste serviço efectivo para além do horário de referência”, sendo que fazem parte deste serviço efetivo as comparências em tribunal e diligências similares.

A nossa opinião vai ao encontro de Francisca Van Dunen, ao referir que “deveria estar prevista a dispensa do elemento policial, sempre que o contexto permita a dispensa”, pois o que sucede a maioria das vezes são “questões cautelares. Há o aspeto cultural, indiscutivelmente. A prática de o arguido vir acompanhado do agente, e de o agente contar a história ao tribunal e o tribunal ficar confortado com o relato do agente”.

---

<sup>25</sup> Ver Figura 1 - Dez círculos judiciais em Portugal continental da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, no anexo 1;

<sup>26</sup> Entrevista realizada ao Diretor Nacional da PSP Superintendente-Chefe Paulo Valente Gomes (anexo 13);

Assim, e sempre que um indivíduo detido pela prática de um dos crimes anteriormente referidos fosse notificado para comparecer no primeiro dia útil imediato ao da detenção, no TPICL, ficaria dispensada a presença da testemunha policial, na medida em que a prova testemunhal não é relevante para o desenrolar do julgamento, o que iria possibilitar, uma maior preocupação na prevenção de outro tipo de crimes e um melhor rendimento para o serviço policial, “sendo a presença do elemento policial onerosa não só para a corporação como para a unidade específica em que ele está colocado, como para o Estado em geral” (Dunen, 2011).

Também para o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (2007), em processo sumário deveria estar prevista a dispensa dos agentes policiais de comparecerem a julgamento, devendo esta disposição constar no CPP, permitindo desta forma uma maior eficácia, simplicidade e celeridade do sistema, sem nunca por em causa os direitos de defesa do arguido, possibilitando ainda reduzir o tempo despendido pelos elementos policiais, na sequência de uma detenção passível de julgamento em processo sumário e em que a prova testemunhal não é relevante (ponto 4 da Diretiva nº16/2001 de 29 de março). Nas palavras de Francisca Van Dunen, a única forma de implementar esta dispensa “radicalmente é efetivamente através do CPP”. Pois para Sindicato (2007), neste tipo de julgamentos, em processo sumário, a generalidade dos arguidos acaba por admitir o crime cometido, e nos casos, raros, de não confissão, o juiz poderia nomear uma nova data para a continuação do julgamento, desta feita com a presença do elemento policial, tal como é feito na Comarca da Amadora (ata nº08/2010 – Reunião de Comando 09/09/2010).

Já para Albergaria e Lima (2001:7), nenhum outro meio de prova pode infirmar o exame de álcool ao sangue, “nem a confissão do arguido, nem evidentemente a prova testemunhal e nem sequer eventuais meios técnicos de que por sua conta o arguido ou outrem se tivessem socorrido, podem suprir a falta daqueles meios de prova ou infirmar o seu resultado (...) não implica que o juiz de todo em todo perca o poder de escrutinar a aquisição dessa verdade processual”.

Em suma, e tendo em conta que a prova testemunhal não é relevante, deveriam, na nossa opinião, estar os elementos policiais dispensados que comparecer em julgamento, ficando determinado, tal como sucede no Tribunal da Comarca da Amadora, que todos os elementos detentores registam os seus contactos nos autos (ata nº08/2010 – Reunião de Comando 09/09/2010), permanecendo assim de prevenção para o caso do Defensor ou o Juiz suscitarem a necessidade da presença da testemunha para dirimir qualquer

incerteza. Nas restantes situações, em que o arguido é presente de imediato sob detenção ao Tribunal ou seja notificado para o primeiro dia útil imediato ao da detenção, mas em que a prova testemunhal se afigure imprescindível – recusas ou outro crime associado –, mantém-se os procedimentos comuns, o Agente detentor comparece no Tribunal, juntamente com o arguido detido ou notificado.

## **Capítulo IV – Relevância da testemunha policial nos processos-crime de condução de veículo em estado de embriaguez e condução de veículo sem habilitação legal**

### **4.1. Objetivos do estudo e hipóteses**

Considerando que uma larga maioria dos processos existentes no TPICL são relativos a detenções por condução de veículo em estado de embriaguez ou condução de veículo sem habilitação legal, a análise e implementação da dispensa de comparência do elemento policial na audiência de julgamento constitui matéria de extrema importância para a Justiça em geral e a Polícia de Segurança Pública em particular, uma vez que, o tempo despendido pelo elemento policial em tribunal poderia ser revertido em horas de serviço policial efetivo.

Desta forma e com a realização deste trabalho, é nossa pretensão demonstrar que a presença do elemento policial em Tribunal deve ser dispensada sempre que estejam reunidas e presentes as necessárias provas materiais e a prova testemunhal seja considerada prescindível. Para esse efeito levantamos as seguintes hipóteses:

- a. A prova testemunhal torna-se irrelevante uma vez que estão presentes as provas materiais necessárias para a comprovação do crime e o infrator admite tê-lo cometido;
- b. A dispensa de comparência em tribunal dos elementos policiais reduz o tempo despendido com o processo, contribuindo para o aumento do o número de horas de serviço efetivo; e
- c. Em casos de não confissão do crime ou situações em que seja necessária a presença do elemento policial por solicitação da Defesa ou do próprio Juíz, a mesma poderá ser assegurada e mantida na mesma modalidade processual, em nada prejudicando o andamento do processo ou os direitos do próprio arguido.

### **4.2. Tipo de estudo e instrumentos de recolha de dados**

No que concerne à metodologia utilizada no nosso trabalho principiou-se com uma pesquisa bibliográfica exploratória, com o objetivo de recolher o máximo de informação sobre o tema e ter acesso a alguns conceitos-chave fundamentais para o



nosso estudo. Seguidamente, foram realizadas entrevistas aos principais responsáveis<sup>27</sup> pelas instituições que versamos no nosso estudo, que possuem uma enorme experiência na área e cujo contributo constituiu uma mais-valia para o nosso trabalho. Posteriormente elaborámos uma análise estatística com base no estudo dos processos consultados a partir do sistema informático do TPICL e do Tribunal da Comarca de Amadora findos no ano de 2010.

Segundo Bingham e Moore, a entrevista ou método qualitativo é uma conversa com um objetivo, no nosso caso a entrevista semi-estruturada, possui algumas linhas orientadoras, que não têm de ser seguidas de uma forma rígida, o que permite uma maior elasticidade em relação ao entrevistado, possibilitando assim uma recolha de dados mais desenvolvida.

No que concerne à análise estatística, refere Cristina Costa (2007:6) que esta é a “disciplina cujo objecto principal é a recolha, compilação, análise e interpretação de dados”, que no nosso caso nos permitiu avaliar a relevância da dispensa da testemunha policial em audiências de julgamento em processo sumário, tendo por base o número de vezes e as circunstâncias em que foi requerida a presença do elemento policial nos processos sumários por condução de veículo em estado de embriaguez e condução sem habilitação legal no Tribunal da Comarca de Amadora e em que momentos foram ou não ouvidas as testemunhas policiais no âmbito dos mesmos processos no TPICL.

Os dados estatísticos sobre processos nos tribunais judiciais de 1.<sup>a</sup> instância foram recolhidos e analisados a partir do sistema informático dos tribunais, do qual foram extraídas as variáveis com interesse para o presente estudo. Foram feitas duas matrizes<sup>28</sup>, uma para cada tribunal. As variáveis escolhidas para o TPICL podem ser agrupadas nos seguintes grupos: a) número do processo, engloba o número do processo-crime (NUIPC), número único e irrepetível; b) testemunhou, se o elemento policial foi ou não ouvido em audiência de julgamento; c) fim do julgamento, se o elemento não testemunhou qual foi hora em que terminou o julgamento do processo; d) circunstâncias, circunstâncias em que foi requerida a presença do elemento policial. As variáveis escolhidas para o Tribunal da Comarca de Amadora podem ser agrupadas nos seguintes grupos: a) número do processo, engloba o número do processo-crime (NUIPC), número único e irrepetível; b) presença policial, se foi ou não requerida a

---

<sup>27</sup> Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública Superintendente-Chefe Paulo Valente Gomes e Procuradora Geral Distrital de Lisboa Dra. Francisca Van Dunen;

<sup>28</sup> As matrizes elaboradas encontram-se nos anexos 4 e 7.

presença do elemento policial em julgamento; c) circunstâncias, circunstâncias em que foi requerida a presença do elemento policial.

### 4.3. Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa

#### 4.3.1. População e amostra

Como população alvo para o nosso trabalho foram definidos os processos sumários por condução de veículo em estado de embriaguez e os processos sumários por condução de veículo sem habilitação legal, findos no ano de 2010, no TPICL.

Num registo total de 1391 processos sumários pelos crimes descritos, 549 foram suspensos dando origem a injunções, o que corresponde, tal como se pode verificar da análise do gráfico 1, a um total de 28% de processos que não tiveram audiência de julgamento. Os restantes 72%, que representam a população estudada, dizem respeito a 414 processos por condução de veículo em estado de embriaguez e 428 por condução sem habilitação legal (gráfico 2).

Gráfico 1: Decisão final dos processos no TPICL

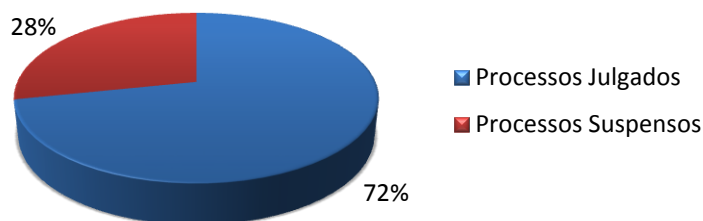
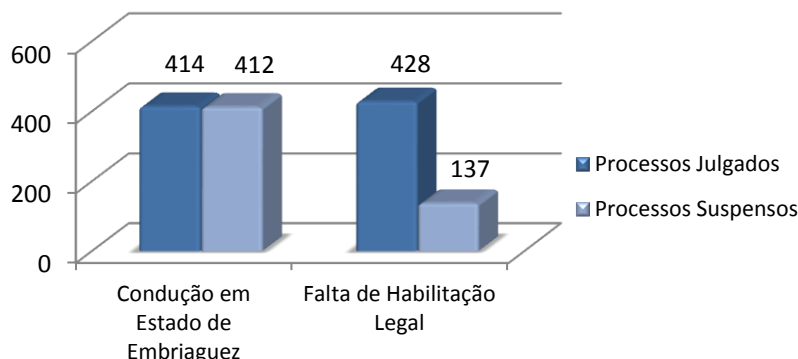


Gráfico 2: Decisão final dos processos no TPICL por tipo de crime



Tal como já foi referenciado anteriormente, definiu-se como população alvo para a nossa investigação os processos sumários por condução de veículo em estado de

embriaguez e por falta de habilitação legal findos no ano de 2010, no TPICL. Registaram-se um total de 414 processos por condução de veículo em estado de embriaguez e 428 processos por condução de veículo sem habilitação legal.

A amostra obtida resulta, tal como se confirma pela análise dos gráficos 3 e 4, em 166 processos por condução em estado de embriaguez e 168 por falta de habilitação legal estudados, o que representa 29% e 28%, respetivamente, da população.

Gráfico 3: Crime de condução de veículo em estado de embriaguez no TPICL – População e amostra estudada

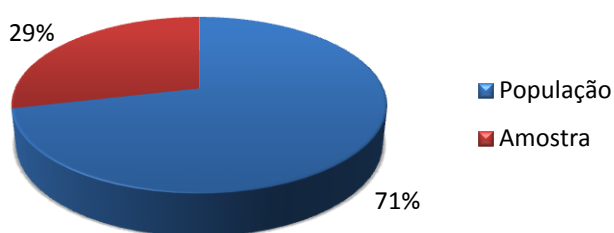
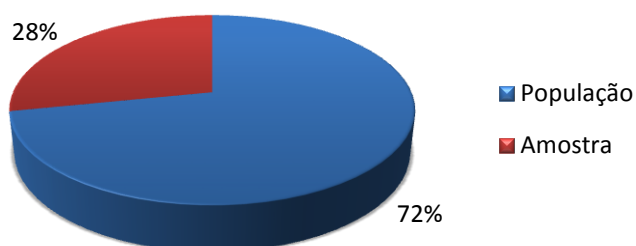


Gráfico 4: Crime de condução de veículo sem habilitação legal no TPICL – População e amostra estudada



## 4.4. Tribunal da Comarca de Amadora

### 4.4.1. População e amostra

Para demonstrar a aplicabilidade da dispensa da comparência da testemunha policial em julgamento, foram definidos como população alvo, no Tribunal da Comarca de Amadora todos processos sumários por condução de veículo em estado de embriaguez e por condução de veículo sem habilitação legal findos no ano de 2010.

Contabilizaram-se um total de 142 processos por condução de veículo em estado de embriaguez e 161 processos por condução de veículo sem habilitação legal.

A amostra obtida resulta, tal como se confirma pela análise dos gráficos 5 e 6, em 105 processos por condução em estado de embriaguez e 115 por falta de habilitação legal analisados, o que representa 43% e 42%, respetivamente, da população.

Gráfico 5: Crime de condução de veículo em estado de embriaguez no Tribunal da Comarca de Amadora – População e amostra estudada

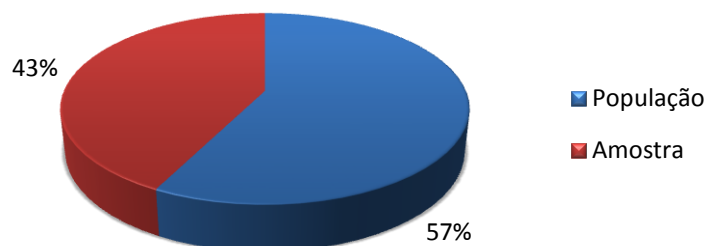
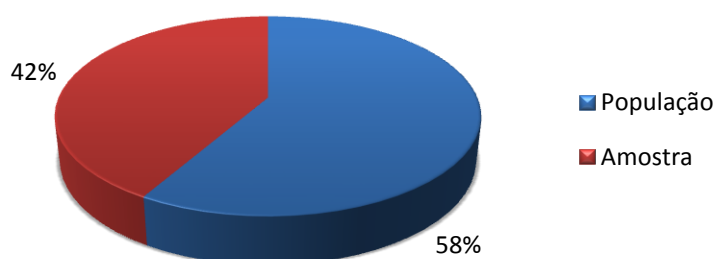


Gráfico 6: Crime de condução de veículo sem habilitação legal no Tribunal da Comarca de Amadora – População e amostra estudada



#### 4.5. Considerações e Procedimentos

Qualquer tipo de estudo ou investigação, para atingir um maior grau de credibilidade, deve ser minucioso e rigoroso. Para tal, só com a permissão da Direção de Ensino do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, após elaboração dos pedidos de autorização, se iniciou a recolha de dados.

No que concerne às entrevistas, estas foram agendadas de acordo com a recetividade das entidades em questão, e no seu decorrer, os entrevistados, foram informados dos objetivos da investigação, sendo-lhes solicitada a captação de som, através da utilização de um gravador, para um maior proveito e minúcia do conteúdo da entrevista.

Relativamente à recolha de dados para a análise estatística, após concedida a autorização por parte dos Srs. Juízes Presidentes dos Tribunais de Pequena Instância Criminal de Lisboa e da Comarca de Amadora, deslocamo-nos aos tribunais em questão, para recolha dos dados pretendidos. Os dados estatísticos sobre processos nos tribunais judiciais de 1.<sup>a</sup> instância foram recolhidos e analisados a partir do sistema informático dos tribunais representando a situação dos processos registados nesse sistema. Devido ao prazo estabelecido para a realização deste trabalho, limitámos a nossa pesquisa aos tribunais acima referidos, tendo em conta a proximidade e facilidade

de acesso aos mesmos, na escolha do Tribunal da Comarca de Amadora, para além dos factores anteriormente enunciados, teve que ser tido em conta que apenas três Comarcas têm em funcionamento este procedimento, relativo à dispensa da testemunha policial em audiências de julgamento em processos-crime por condução de veículo em estado de embriaguez ou por falta de habilitação legal.

Posteriormente, e para construção das matrizes e análise estatística dos dados obtidos, foi utilizado do programa Excel.

## Capítulo V

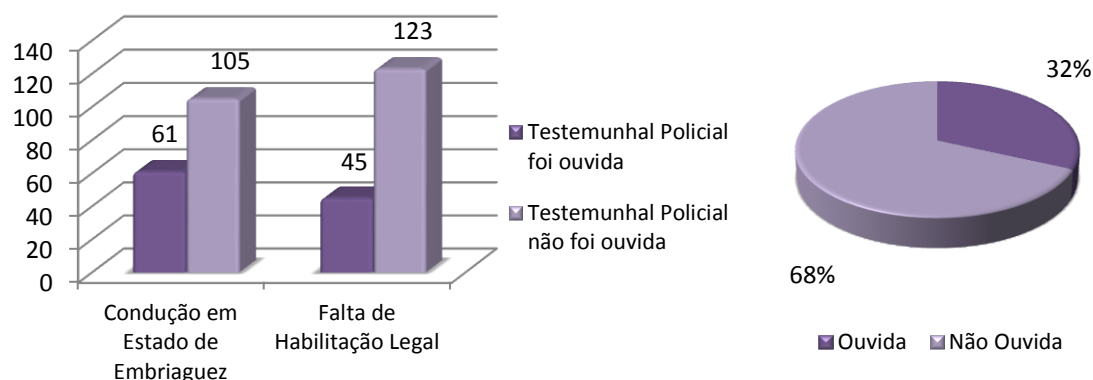
### Apresentação, análise e discussão dos resultados

Este capítulo tem como intuito a apresentação e análise estatística dos dados obtidos a partir do sistema informático dos tribunais. Os mesmos serão apresentados através de gráficos e do seu tratamento será possível tirar conclusões que ajudarão a dar resposta aos objetivos e consequentes hipóteses.

#### 5.1. Perceção da relevância da presença do elemento policial em tribunal

Com o estudo elaborado, podemos aferir qual a relevância da presença do elemento policial em tribunal e quais as situações em que a testemunha policial é ou não ouvida.

Gráfico 7: Número de vezes que a testemunha policial foi ouvida nos processos sumários julgados no TPICL

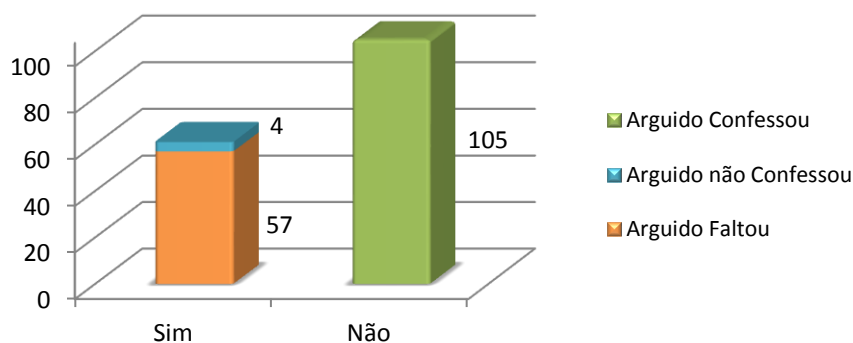


Analisando os valores do gráfico 7, podemos concluir que em 68% dos processos sumários, por condução em estado de embriaguez ou por falta de habilitação legal, julgados no TPICL, o elemento policial não é ouvido, isto é, que o testemunho policial em audiência de julgamento é prescindível. Para além dos 68% dos casos em que (tendo início a audiência de julgamento), foi dispensada a audição do elemento policial, existiram ainda 549 situações de suspensão do procedimento (e subsequentes injunções), o que corresponde a 28% do universo de 1391 processos

Relativamente aos processos pelo crime de condução de veículo em estado de embriaguez (gráfico 8), não foi necessária a audição da testemunha policial em 105 processos devido à confissão do arguido em audiência de julgamento. Contrariamente, a

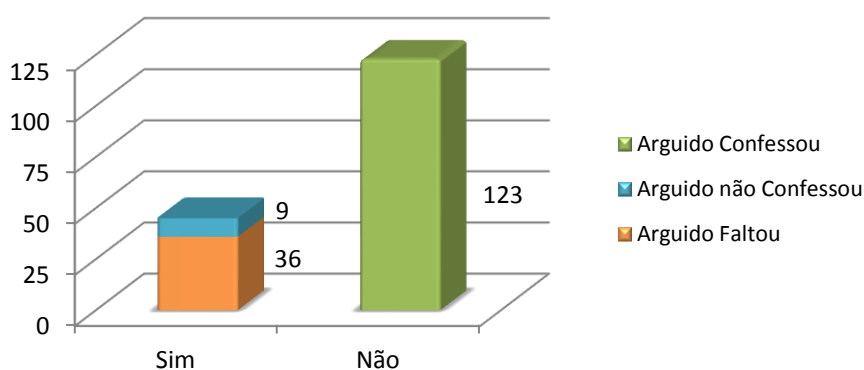
testemunha policial foi ouvida 57 vezes devido à não comparência do arguido em julgamento e 4 vezes devido à não confissão do mesmo.

Gráfico 8: Situações em que a testemunha policial é ou não ouvia no crime de condução de veículo em estado de embriaguez no TPICL



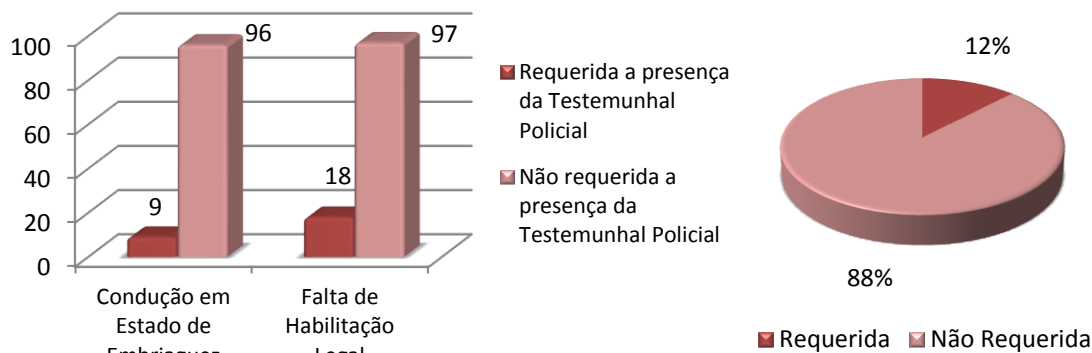
No que concerne aos processos pelo crime de condução de veículo sem habilitação legal (gráfico 9), não foi necessária a audição da testemunha policial em 123 processos devido à confissão do arguido em audiência de julgamento. Contrariamente, a testemunha policial foi ouvida 36 vezes devido à não comparência do arguido em julgamento e 9 vezes por não confissão do mesmo.

Gráfico 9: Situações em que a testemunha policial é ou não ouvia no crime de condução de veículo sem habilitação legal no TPICL



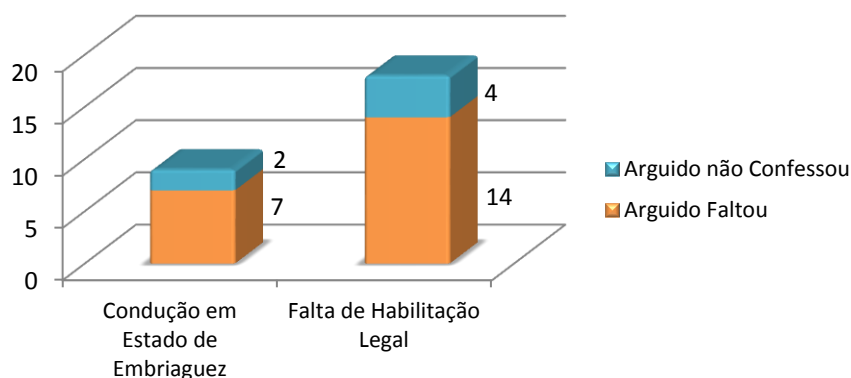
No que diz respeito aos valores do gráfico 10, podemos concluir que em 88% dos casos foi dispensada a comparência do elemento policial em audiências de julgamento por processo sumário no Tribunal da Comarca de Amadora, e só em 12% das situações foi requerida a presença da testemunha policial, sendo mantida a mesma modalidade processual e em nada prejudicando o desenrolar do processo ou os direitos do próprio arguido.

Gráfico 10: Número de vezes em que foi requerida a presença da testemunha policial nos processos sumários julgados no Tribunal da Comarca de Amadora



Uma análise detalhada das situações em que a audiência de julgamento foi adiada e requerida a presença da testemunha policial (gráfico 11), sendo mantida a mesma modalidade processual e em nada prejudicando o desenrolar do processo ou os direitos do próprio arguido, verificamos que pelo crime de condução de veículo em estado de embriaguez existiram 7 vezes em que o elemento policial teve que comparecer em julgamento devido à não comparência do arguido e 2 vezes devido à não confissão do mesmo. No que respeita ao crime de condução de veículo sem habilitação legal o elemento policial teve que comparecer em julgamento 14 vezes devido à não comparência do arguido e 4 vezes devido à não confissão do mesmo.

Gráfico 11: Situações em que a audiência de julgamento foi adiada e requerida a presença da testemunha policial no Tribunal da Comarca de Amadora



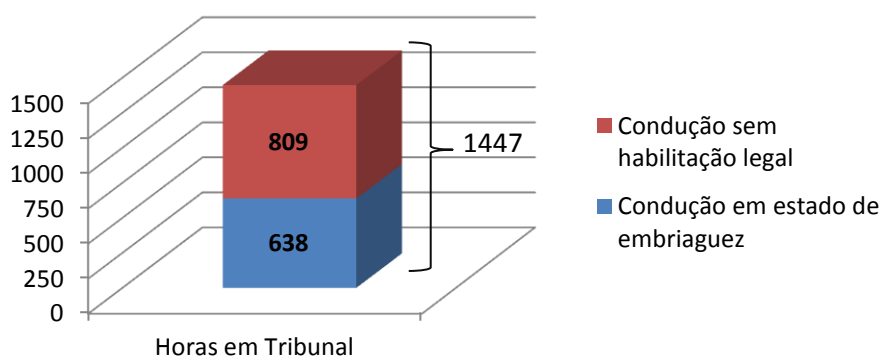


## 5.2. Demonstração do número de horas despendidas em julgamento e que poderiam corresponder a horas de serviço efetivo

Primeiramente importa ter em conta que o elemento policial que procede à detenção, e se apresenta em tribunal na qualidade de testemunha de acusação, só é normalmente dispensado quando o julgamento termina, independentemente de ser ou não ouvido.

Assim, com a análise dos dados obtidos a partir do sistema informático do TPICL, mais concretamente com a consulta das atas de julgamento, conjuntamente com a anterior apresentação estatística, podemos aferir o número de horas despendidas pelos elementos policiais nas audiências de julgamento em processo sumário pelos crimes de condução de veículo em estado de embriaguez e falta de habilitação legal, horas estas, que poderiam ser revertidas em horas de serviço efetivo.

Gráfico 12: Horas despendidas pelos elementos policiais nas audiências de julgamento em processo sumário



Tendo em conta que a testemunha policial não é ouvida em 68% dos processos julgados no TPICL, mais concretamente em 105 processos pelo crime de condução de veículo em estado de embriaguez e 123 pelo crime de condução de veículo sem habilitação legal, podemos concluir, que número de horas despendidas pelos elementos policiais (gráfico 12) no julgamento destes processos são respetivamente 638 horas e 809 horas, o que perfaz um total de 1447 horas despendidas pelos elementos policiais, ou seja, aproximadamente 60 dias que poderiam corresponder a serviço policial efetivo. A este cálculo de horas acrescem ainda as relativas às situações de suspensão do procedimento (e subseqüentes injunções), correspondentes a 28% do universo de 1391 processos.

## Conclusão

Chegados a esta fase do trabalho, resta-nos agora tecer algumas considerações, conclusões e propostas, que poderemos retirar da elaboração do presente estudo.

Considerando que a larga maioria dos processos existentes no TPICL são relativos a detenções por condução de veículo em estado de embriaguez ou condução de veículo sem habilitação legal, a análise e implementação da dispensa de comparência do elemento policial na audiência de julgamento, constitui matéria de extrema importância para a Justiça em geral e para Polícia de Segurança Pública em particular. Tendo em conta a relevância da celeridade processual e a economia de tempo despendido por parte dos elementos policiais, a dispensa neste tipo de processos, em que a prova testemunhal não se afigura essencial ao apuramento da verdade, permitiria uma melhor afetação a outro tipo de atividades e um maior rendimento para o serviço policial.

Atende-nos destacar ainda o facto de não conhecermos nenhum trabalho de natureza académica relativo a esta temática da dispensa de comparência em tribunal dos elementos policiais em audiência de julgamento em processo sumário. Este é, na nossa opinião, um tema extraordinariamente importante, uma vez que o tempo despendido pelo elemento policial em tribunal, muitas vezes de forma inconsequente e gerador de desmotivação, poderia ser transformado em horas de serviço policial efetivo, contribuindo desta forma para um melhor desempenho da Polícia de Segurança Pública.

Os resultados do estudo exploratório permitiram-nos identificar que no TPICL, no ano de 2010, foram registados 1391 processos-crime por condução de veículo em estado de embriaguez e condução de veículo sem habilitação legal, dos quais 549 foram suspensos dando origem a injunções, ou seja, 28% dos processos não chegam sequer à fase de julgamento. No caso dos processos suspensos, não existindo atas que pudessem servir de base para aferir o número de horas despendidas pelos elementos policiais, não foi possível apurar o tempo despendido pelos elementos policiais em tribunal.

Desta forma, a nossa amostra foi caracterizada pelos 166 processos por condução em estado de embriaguez e 168 por falta de habilitação legal, o que representa 29% e 28%, respetivamente, da população estudada. Assim, dos 166 processos por condução de veículo em estado de embriaguez, o elemento policial apenas foi ouvido em 61 dos processos, enquanto nos 168 processos por falta de habilitação legal, apenas em 45 processos, ou seja, em 68% dos casos a testemunha policial não foi ouvida. Nos

restantes 32% em que a testemunha policial foi ouvida, 93 vezes foi porque o arguido faltou a julgamento e 13 vezes por não confissão do mesmo. O estudo permitiu-nos confirmar a hipótese de que a prova testemunhal se torna irrelevante uma vez que estão presentes as provas materiais necessárias para a comprovação do crime e o infrator admite tê-lo cometido (68% dos casos).

No parecer do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (2007), e segundo nosso juízo, neste tipo de julgamentos, em processo sumário, a generalidade dos arguidos acaba por admitir o crime cometido, e nos casos, raros, de não confissão, o juiz poderá nomear uma nova data para a continuação do julgamento, desta feita com a presença do elemento policial.

Quando não seja possível a apresentação imediata do detido, o elemento policial que procede à detenção notifica o agente infrator para comparecer no TPICL, no primeiro dia útil seguinte ao da detenção, às 10h00 em audiência de julgamento. Nesta situação, o agente detentor apresenta-se igualmente em tribunal na qualidade de testemunha de acusação e, independentemente de ser ou não ouvido em audiência, só é normalmente dispensado quando do término do julgamento.

Desta forma, com base as atas de julgamento presentes no sistema informático do TPICL e tendo em conta que a testemunha policial não foi ouvida em 105 processos por condução de veículo em estado de embriaguez e em 123 processos por condução sem habilitação legal, concluímos terem sido despendidas pelos elementos policiais 638 e 809 horas, respetivamente, em tribunal, perfazendo um total de 1447 horas, aproximadamente 60 dias, que poderiam corresponder a serviço policial efetivo.

Nas palavras do Superintendente-Chefe Paulo Valente Gomes, e na nossa opinião, existem inúmeras ações de fiscalização que dão lugar a processos deste tipo e que envolvem o dispêndio de muitas horas, “se a esta situação somarmos outras em que os nossos elementos são empenhados, ações que denominamos tarefas saturantes, e as multiplicarmos pelos milhares de Homens e milhares de horas em que são empenhados, iríamos obter, muitas horas em que estes poderiam estar concentrados no que realmente é o nuclear da atividade policial, que é trabalhar diretamente para os cidadãos”.

Para reforçar a aplicabilidade da dispensa da comparência da testemunha policial em julgamento, analisámos 105 processos por condução de veículo em estado de embriaguez e 115 por falta de habilitação legal, findos no ano de 2010, no Tribunal da Comarca de Amadora.

A análise dos dados obtidos permitiu-nos concluir que em 88% dos processos não foi requerida a presença da testemunha policial. Nos restantes 12%, em que foi solicitada a presença do elemento policial, em 21 processos tal facto decorreu da não comparência do arguido e em 6 devido à não confissão, tendo o juiz agendado uma nova data para a continuação do julgamento, sendo sempre assegurada e mantida a mesma modalidade processual (processo sumário), e em nada prejudicando o andamento do processo ou os direitos do próprio arguido.

Importa ter em conta que no decorrer deste trabalho, nos deparámos com algumas limitações, particularmente no que se refere à pesquisa dos dados constantes no sistema informático dos tribunais, uma vez que no TPICL, como mencionado anteriormente, 549 processos foram suspensos dando origem a injunções, não chegando, por isso, estes processos à fase de julgamento. Como tal, e sem existência de atas de julgamento, não foi possível aferir o número de horas despendidas pelos elementos policiais nas situações em que os processos foram suspensos, sendo certo porém, que também nestes casos os elementos policiais não foram ouvidos, sendo a sua presença em tribunal totalmente dispensável. Esta situação, aliada à recente emissão da circular (6/2012), por parte da Procuradoria-Geral da República, permite antecipar que o número de processos suspensos irá aumentar consideravelmente e, sendo a dispensa dos elementos policiais um facto praticável, o número de horas que poderiam ser revertidas em serviço policial efetivo seriam colossais.

Como principais conclusões, o nosso trabalho permite-nos afirmar que deveria estar prevista a dispensa dos agentes policiais de comparecerem a julgamento, possibilitando desta forma uma maior eficácia, simplicidade e celeridade do sistema, nunca pondo em causa os direitos de defesa do arguido, reduzindo o tempo despendido pelos elementos policiais em tribunal, na sequência de uma detenção passível de julgamento em processo sumário, no quadro destes processos. O número de horas empregues em tribunal são incomensuráveis e poderiam ser revertidas em serviço efetivo, o que permitiria uma maior preocupação com outro tipo de crimes e um maior rendimento para o serviço policial. Estas situações levam muitas vezes, de forma inconsequente, a uma enorme desmotivação por parte dos elementos policiais, factor que seria interessante abordar num posterior trabalho de investigação, visto não ter sido tratado no nosso estudo tendo em conta a vastidão do assunto.

Assim terminamos, fazendo a proposta, tal como sugere o Superintendente-Chefe Paulo Valente Gomes, de que fosse revista, por parte do Sr. Procurador-Geral da

República, a circular 4/87, por forma a emitir uma nova circular, tornando-a “mais mandatária, no sentido de obrigar os Sr. Magistrados do MP a tomarem a iniciativa, ou seja, não ser uma mera recomendação, mas ser obrigatória”. Em ultima instância, caso não haja recetividade à emissão de uma nova circular, afigura-se-nos pertinente a elaboração de uma proposta de alteração do CPP, no sentido de dispensar os elementos policiais de comparecerem em tribunal em julgamentos no quadro destes processos, uma medida que iria ao encontro da opinião dada não só pelo Superintendente-Chefe Paulo Valente Gomes, mas igualmente pelo Sindicato dos Magistrados do MP, e que, no juízo da Procuradora Dra. Francisca Van Dunen, seria a única forma de se alterar esta situação radicalmente.

---

Marta Filipa Carvalho Duarte  
Aspirante a Oficial de Polícia  
n.ºs 2419/153574

## Bibliografia

**ALBERGARIA**, Pedro Soares e **LIMA**, Pedro Mendes, (2001), *Condução em Estado de Embriaguez - Aspetos Processuais e Substantivos* in <http://www.verbojuridico.com/doutrina/penal/alcool.html>, Verbo Juridico.

**ALBUQUERQUE**, Paulo Pinto de, *Comentário do Código Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, (2007), Lisboa, Universidade Católica Editora.

**COSTA**, Cristina, (2007), *Estatística I*, Licenciatura em Gestão de Informação, Lisboa, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação.

**DIAS**, Jorge Figueiredo, (1981), *Direito Processual Penal*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora.

**Dicionário Universal**, (1998), *Mais Gramática Língua Portuguesa*, 2ª Edição, Lisboa, Texto Editora.

**EUROPEAN TRANSPORT SAFETY COUNCIL**, (1995). *Reducing Injuries from Alcohol Impairment* in <http://www.etsc.eu/documents/Reducing%20traffic%20injuries%20resulting%20from%20alcohol%20impairment.pdf>, Brussels.

**FERREIRA**, Maria do Céu, (2011), *A Metrologia na Segurança Rodoviária – Alcoolimetria*, Departamento de Metrologia/Unidade de Metrologia Legal, Instituto Português da Qualidade.

**GASPAR**, Humberto, (2009), *Da detenção fora de flagrante delito – reflexões sobre a reforma Penal*, Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna.

**GONÇALVES**, Manuel Lopes Maia, (1980), *Código de Processo Penal Anotado e Comentado*, 4ª Edição, Coimbra, Livraria Almedina.

**JESUS**, Francisco Marcolino de, (2011), *Os Meios de Obtenção da Prova em Processo Penal*, Coimbra, Almedina.

**LINO**, Tiago, (2006), *Alcoolismo – Da Causa à Doença*, Dissertação de Licenciatura em Psicologia, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.

**MARTINS**, Vítor Manuel de Almeida, (2011), *Implementação de Radares Fixos na Cidade de Lisboa – Impacto na Sinistralidade Rodoviária*, Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna.

**MELLO**, Maria Lucília; **BARRIAS**, José e **BREDA**, João, (2001), *Álcool e Problemas Ligados ao Álcool em Portugal*, Lisboa, Direção Geral de Saúde.

**ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD**, (2004), *Informe mundial sobre prevención de los traumatismos causados por el tránsito*, in [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/publications/road\\_traffic/world\\_report/summary\\_es.pdf](http://www.who.int/violence_injury_prevention/publications/road_traffic/world_report/summary_es.pdf) (Acedido em dezembro de 2011).

**ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD**, (2009), *Informe sobre la Situación Mundial de la Seguridad Vial: es Hora de Pasar a la Acción* in [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/road\\_safety\\_status/report/web\\_version\\_es.pdf](http://www.who.int/violence_injury_prevention/road_safety_status/report/web_version_es.pdf) (Acedido em dezembro de 2011), Ginebra.

**PINTO**, António Augusto Tolda, (2001), *A Tramitação Processual Penal*, Coimbra, Coimbra Editora.

**RANGEL**, Rui, (2003/2004), *Medicina Legal - Noções Gerais sobre outras Ciências Forense*, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

**SANGUEDO**, Dário Emanuel da Silva, (2008), *Crime de condução sob a influência do álcool na cidade do Porto*, Dissertação de Licenciatura em Ciências Policiais, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna.

**SILVA**, Germano Marques da, (1996), *Crimes Rodoviários, Pena Acessória e Medidas de Segurança*, 1ª Edição, Universidade Católica Editora, Lisboa.

**SILVA**, Germano Marques da, (2008), *Curso de Processo Penal*, Volume II, 4ª edição, Editorial Verbo, Lisboa.

**SILVA**, Germano Marques da, (2011), *Curso de Processo Penal*, Volume II, Lisboa, Editorial Verbo.

**SILVA**, Germano Marques da, (2000), *Curso de Processo Penal*, Volume III, Lisboa, Editorial Verbo.

**VALENTE**, Manuel Guedes, (2004), *Processo Penal*, Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Processuais, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.

**TARANTA**, Ângela, (2010), *Prisão preventiva: a ultima ratio*, Volume I, Coimbra, Livraria Almedina.

**VALENTE**, Manuel Guedes, (2009), *Teoria Geral do Direito Policial*, Coimbra, Livraria Almedina.

**VALENTE**, Manuel Monteiro Guedes, (2004), *Dos Órgãos de Polícia Criminal - Natureza - Intervenção – Cooperação*, Coimbra, Livraria Almedina.

**VALENTE**, Manuel Monteiro Guedes, (2010), *Processo Penal*, Volume I, Coimbra, Livraria Almedina.

**VIEIRA**, Francisco Marques, (2007), *Direito Penal Rodoviário - Os Crimes dos Condutores*, Porto, Publicações Universidade Católica.

### **Legislação e Jurisprudência:**

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2004 de 12 de março de 2004.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 485/2011 de 29 de novembro de 2011.

Acórdão do Tribunal Constitucional nº 319/95 de 20 de junho de 1995.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães nº 1680/03-2 de 29 de março de 2004.

Circular de 1987 (4/87) da Procuradoria-Geral da República

Circular de 2012 (6/2012) da Procuradoria-Geral da República

Código Civil.

Código da Estrada.



Código Penal.

Código Processual Penal.

Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Decreto Regulamentar n.º 12/90 de 14 de maio.

Decreto-Lei n.º 123/90 de 14 de abril.

Decreto-Lei n.º 2/98 de 3 de janeiro

Diretiva n.º 16/2001 de 29 de março.

Lei n.º 18/2007, de 17 de maio.

Lei n.º 209/09 de 15 de julho.

Lei n.º 38/2009 de 20 de julho.

Lei n.º 3/9 de 13 de janeiro.

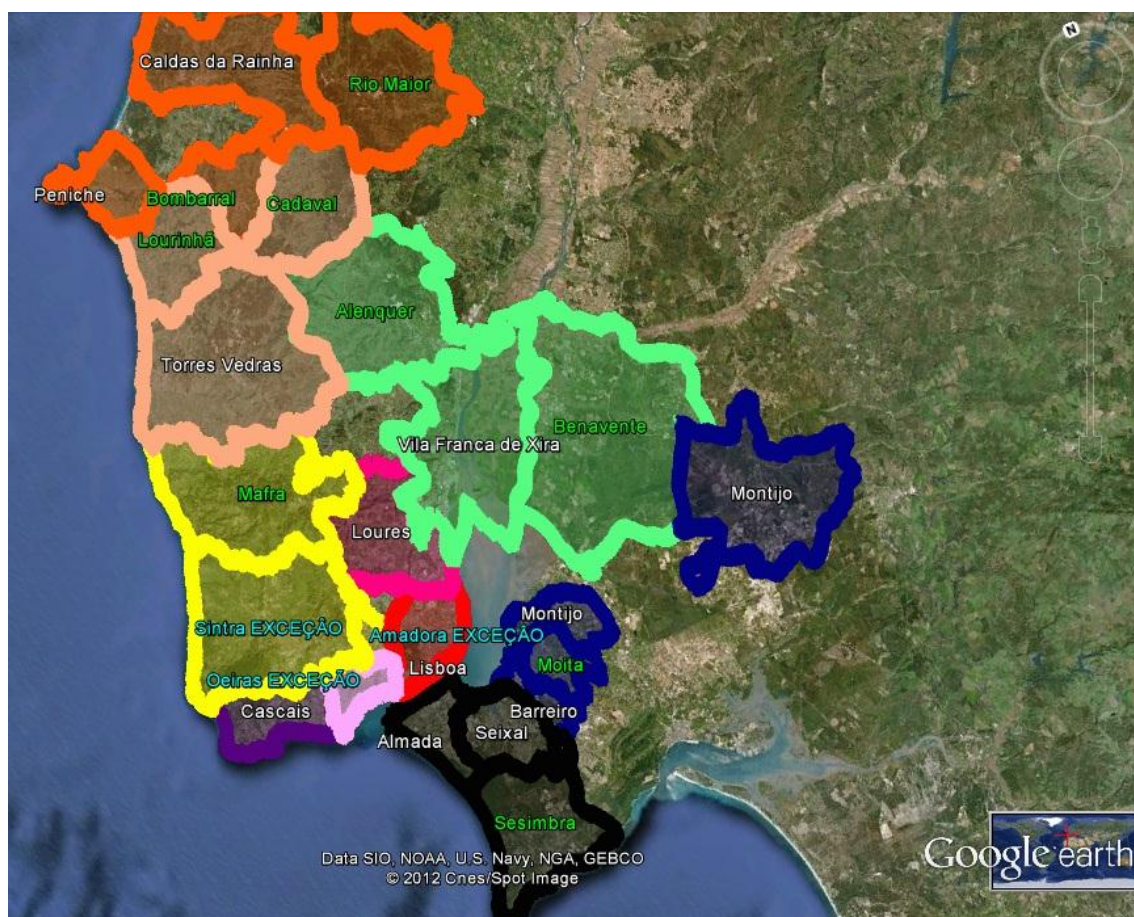
Portaria n.º 902-B/2007 de 13 de abril.

**Pareceres Consultados:**

Parecer do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público relativo à proposta de Lei 109/X do Código Processual Penal.

# Anexos

## Anexo 1 – Dez círculos judiciais em Portugal continental da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa



**Figura 1** – Dez círculos judiciais em Portugal continental da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

**Fonte:** Google Earth

## Anexo 2 – Pedido de autorização para recolha dos dados no TPICL



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E  
SEGURANÇA INTERNA  
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor  
Presidente do Tribunal de Pequena  
Instância Criminal de Lisboa  
Alameda dos Oceanos, nº 1.08.01  
Edifício F  
1990-209 Lisboa

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
		267/SECDE/2011	2011-10-10
		<b>Processo:</b>	
		SECDE201000002ASP	
		<b>Classificador:</b> 080.10.02	

**Assunto:** PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora. Aos alunos finalistas, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna confere a possibilidade de escolherem livremente o assunto a abordar.

Uma das alunas do 5.º ano do CMICP, Marta Filipa Carvalho Duarte, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar, subordinado ao tema "Dispensa de Comparência em Tribunal dos Elementos Policiais Aquando da Detenção por Álcool e Falta de Carta de Condução", do qual é Orientador o Superintendente Paulo Lucas, vem solicitar a V. Ex.ª o acesso aos processos, já julgados, no âmbito das detenções por álcool e por falta de carta de condução.

Agradecendo antecipadamente toda a colaboração prestada, para o sucesso do trabalho a realizar pelo aluno, apresento a V. Ex.ª os melhores cumprimentos.

O Director

José Ferreira de Oliveira  
Superintendente

O Director Adjunto

Ismael Jorge  
Intendente

135573  
Página 1/1

R. 1º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535  
www.iscpsi.pt | iscpsi@psp.pt



Anexo 3 – Autorização para recolha dos dados no TPICL



TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DE LISBOA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Exmº Srº  
Diretor  
Polícia de Segurança Pública  
Instituto Superior de Ciências Policiais  
E Segurança Interna, Segurança Escolar  
Rua 1º de Maio nº3  
1349-040 LISBOA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa Referência

Data:

267/SECC E/2011-

2011/10/10

5

24/11/2012

Assunto: Pedido de colaboração em trabalho de dissertação de Mestrado Integrado em ciências policiais.

Em conformidade com o solicitado e conforme despacho proferido pela Exmª Srª Drª Juiz Presidente deste Tribunal, foi deferido que Marta Filipa Carvalho Duarte tenha acesso a processos dentro dos critérios especificados na V/comunicação, anexando para o efeito uma cópia do mesmo donde resulta tal despacho.

Com os melhores cumprimentos  
Por Ordem da Exmª Srª Juiz Presidente  
O Secretário de Justiça

a) António Gabriel de Oliveira Peniche

Alameda dos Oceanos nº 1.08.01 1990-209 Lisboa  
Telefone-213182400  
Fax-211545177  
lisboa.tpicer@tribunais.org.pt

17/01 2012 TER 15:16 FAX 213610535

ISCP/PSI

001



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E  
SEGURANÇA INTERNA  
SECRETARIA ESCOLAR

17 JAN 2012  
1045548  
[Signature]

Exmo. Senhor  
Presidente do Tribunal de Pequena  
Instância Criminal de Lisboa  
Alameda dos Oceanos, nº 1.08.01  
Edifício F  
1990-209 Lisboa

<b>S/Referência</b>	<b>S/Comunicação</b>	<b>N/Referência</b>	<b>Data</b>
		267/SECEB/2011	2011-10-10
		<b>Processo:</b>	
		SECEB201000002ASP	
		<b>Classificador:</b> 080.10.02	

**Assunto:** PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas das Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora. Aos alunos finalistas, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna confere a possibilidade de escolherem livremente o assunto a abordar.

Uma das alunas do 5.º ano do CMICP, Marta Filipa Carvalho Duarte, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar, subordinado ao tema "Dispensa de Comparência em Tribunal dos Elementos Policiais Aquando da Detenção por Alcool e Falta de Carta de Condução", do qual é Orientador o Superintendente Paulo Lucas, vem solicitar a V. Ex.ª o acesso aos processos, já julgados, no âmbito das detenções por álcool e por falta de carta de condução.

Agradecendo antecipadamente toda a colaboração prestada, para o sucesso do trabalho a realizar pelo aluno, apresento a V. Ex.ª os melhores cumprimentos.

*Defero-se o solicitado.*  
*14.23.01.2012*  
[Signature]

O Director

José Ferreira de Oliveira  
Superintendente

O Director Adjunto  
[Signature]  
Intendente

135573  
Pagina 1/1

R. 1.º de Maio, nº3 1149-040 Lisboa Tel: 213613800 Fax: 213610535  
www.iscpsl.pt | iscpsl@psp.pt



Anexo 4 – Matriz elaborada com base nos dados recolhidos no TPICL

<b>Crime de Condução de Veículo sem Habilitação Legal</b>			
<b>Nº do Processo</b>	<b>Testemunhou</b>	<b>Fim do Julgamento</b>	<b>Circunstâncias</b>
100/10.9S9LSB	NÃO	17H28	AC
101/10.7SDLSB	SIM	-	FA
101/10.7SILSB	NÃO	15H30	AC
1013/10.0SILSB	NÃO	16H40	AC
1014/10.8SILSB	NÃO	17H40	AC
102/10.5SILSB	NÃO	19H08	AC
1035/10.0SILSB	NÃO	16H30	AC
1039/10.3POLSB	NÃO	17H18	AC
104/10.1S3LSB	SIM	-	ANC
104/10.1XELSB	SIM	-	ANC
1066/10.0PULSB	NÃO	16H35	AC
1068/10.7S5LSB	NÃO	16H15	AC
108/10.4SCLSB	NÃO	15H25	AC
11/10.8XELSB	NÃO	18H05	AC
110/10.6SILSB	NÃO	14H50	AC
1107/10.1SILSB	NÃO	16H45	AC
1116/10.0PULSB	SIM	-	ANC
112/10.2SILSB	SIM	-	FA
1123/10.3SILSB	NÃO	18H17	AC
117/10.3PQLSB	NÃO	10H43	AC
118/10.1POLSB	NÃO	14H53	AC
1191/10.8SILSB	NÃO	16H23	AC
1206/10.0SILSB	NÃO	17H10	AC
1220/10.5SILSB	NÃO	16H10	AC
123/10.8PMLSB	NÃO	15H35	AC
1238/10.8SILSB	NÃO	16H50	AC
1247/10.7SILB	NÃO	18H55	AC
125/10.4SCLSB	NÃO	17H13	AC
1250/10.7SILSB	NÃO	19H22	AC
126/10.2PMLSB	SIM	-	FA
1263/10.6SILSB	NÃO	16H12	AC
1263/10.9SILSB	NÃO	17H30	AC
128/10.9SNLSB	NÃO	13H30	AC
13/10.4PKLSB	NÃO	15H45	AC
13/10.4S3LSB	NÃO	15H56	AC
13/10.4SILSB	NÃO	15H40	AC
130/10.0PLLSB	NÃO	20H30	AC
1312/10.0SILSB	NÃO	13H15	AC

134/10.3PQLSB	NÃO	17H39	AC
137/10.8SILSB	NÃO	15H09	AC
138/10.6S4LSB	NÃO	17H03	AC
138/10.6SFLSB	NÃO	16H45	AC
139/10.4PPLSB	SIM	-	FA
1394/10.5SILSB	NÃO	14H55	AC
140/10.8XELSB	SIM	-	ANC
1403/10.8PSLSB	SIM	-	FA
141/10.6PMLSB	NÃO	15H27	AC
1418/10.6SILSB	NÃO	17H15	AC
1419/10.4SILSB	SIM	-	ANC
1436/10.4SILSB	SIM	-	ANC
1493/10.3SILSB	SIM	-	FA
151/10.3S4LSB	NÃO	17H29	AC
1514/10.0PYLSB	SIM	-	FA
154/10.8PDLSB	NÃO	17H16	AC
1558/10.1SILSB	NÃO	15H26	AC
156/10.1PSLSB	NÃO	12H20	AC
157/10.2PQLSB	NÃO	17H13	AC
16/10.9S2LSB	NÃO	16H07	AC
162/10.9PKLSB	SIM	-	FA
1634/10.0SILSB	NÃO	18H56	AC
1668/10.5SILSB	SIM	-	FA
171/10.8SILSB	SIM	-	FA
173/10.4PQLSB	NÃO	16H30	AC
174/10.2S3LSB	SIM		FA
179/10.3SILSB	NÃO	18H11	AC
197/10.1PQLSB	SIM	-	FA
198/10.0PQLSB	SIM	-	FA
204/10.8PXLSB	NÃO	17H35	AC
207/10.2S3LSB	NÃO	16H05	AC
215/10.3SILSB	NÃO	11H21	AC
22/10.3S9LSB	NÃO	17H54	AC
225/10.0SALSB	SIM	-	FA
230/10.7S3LSB	NÃO	15H55	AC
233/10.1SILSB	NÃO	15H48	AC
234/10.0XCLSB	NÃO	15H20	AC
242/10.0S6LSB	NÃO	16H20	AC
243/10.9PXLSB	SIM	-	FA
258/10.7SGLSB	NÃO	19H10	AC
269/10.2S4LSB	NÃO	19H10	AC
273/10.0SGLSB	SIM	-	FA



276/10.5S5LSB	NÃO	16H26	AC
282/10.0XCLSB	NÃO	13H20	AC
283/10.8PLLSB	NÃO	14H49	AC
293/10.5PXLSB	NÃO	17H45	AC
304/10.0PILSB	SIM	.	FA
309/10.5S4LSB	NÃO	14H55	AC
325/10.7SILSB	NÃO	15H58	AC
326/10.5SELSB	SIM	-	FA
33/10.9SCLSB	NÃO	15H38	AC
333/10.8POLSB	SIM	-	FA
336/10.2SILSB	NÃO	16H26	AC
347/10.8PQLSB	NÃO	16H00	AC
352/10.4PULSB	NÃO	10H32	AC
356/10.7PQLSB	NÃO	17H59	AC
36/10.3SNLSB	SIM	-	FA
361/10.3S9LSB	NÃO	10H55	AC
369/10.9SILSB	NÃO	18H26	AC
384/10.2PKLSB	SIM	-	FA
39/10.8PXLSB	SIM	-	FA
39/10.8SCLSB	NÃO	12H32	AC
398/10.2POLSB	NÃO	21H40	AC
399/10.0PBLSB	SIM	-	FA
399/10.0S6LSB	SIM	-	FA
408/10.3SILSB	NÃO	16H30	AC
409/10.1PQLSB	NÃO	17H55	AC
41/10.0PLLSB	NÃO	17H20	AC
41/10.0SXLSB	NÃO	17H22	AC
413/10.0PULSB	NÃO	11H00	AC
414/10.8PQLSB	NÃO	17H02	AC
420/10.2SILSB	NÃO	15H47	AC
424/10.5PYLSB	NÃO	16H15	AC
436/10.9SELSB	NÃO	17H51	AC
46/10.0PLLSB	SIM	-	FA
463/10.6SILSB	NÃO	16H20	AC
481/10.4POLSB	NÃO	16H20	AC
483/10.0PQLSB	NÃO	16H05	AC
49/10.5PLLSB	SIM	-	FA
491/10.1PALSB	NÃO	16H10	AC
491/10.1SGLSB	NÃO	17H40	AC
492/10.0PQLSB	NÃO	13H41	AC
506/10.3PQLSB	NÃO	14H51	AC
507/10.1PQLSB	NÃO	15H06	AC

509/10.8PQLSB	NÃO	15H30	AC
510/10.1PQLSB	NÃO	15H53	AC
518/10.7PQLSB	NÃO	16H47	AC
525/10.0SILSB	SIM	-	FA
531/10.4SILSB	SIM	-	FA
532/10.2PQLSB	NÃO	16H46	AC
538/10.1SILSB	NÃO	18H22	AC
54/10.1PQLSB	NÃO	18H47	AC
54/10.1S9LSB	SIM	-	ANC
55/10.0SCLSB	NÃO	19H20	AC
571/10.3SILSB	SIM	-	ANC
58/10.4PQLSB	NÃO	18H03	AC
588/10.8PQLSB	NÃO	19H20	AC
59/10.2PZLSB	NÃO	15H31	AC
611/10.6SILSB	SIM	-	FA
617/10.5PKLSB	NÃO	15H32	AC
617/10.5PQLSB	NÃO	17H40	AC
635/10.3SILSB	SIM	-	FA
64/10.9S3LSB	SIM	-	FA
66/10.5SILSB	SIM	-	FA
660/10.4SILSB	NÃO	12H55	AC
663/10.9POLSB	NÃO	16H55	AC
666/10.5SILSB	NÃO	17H25	AC
67/10.3S9LSB	NÃO	19H26	AC
68/10.1PQLSB	NÃO	17H43	AC
69/10.0SELSB	NÃO	15H06	AC
690/10.6XCCLSB	NÃO	15H40	AC
698/10.1PZLSB	SIM	-	FA
70/10.3XBLSB	NÃO	17H20	AC
722/10.8SILSB	SIM	-	ANC
730/10.9PZLSB	NÃO	18H50	AC
762/10.7SILSB	NÃO	15H45	AC
771/10.6SILSB	NÃO	15H40	AC
79/10.7PXLSB	NÃO	18H26	AC
79/10.7PXLSB	NÃO	18H26	AC
8/10.8S9LSB	NÃO	18H15	AC
85/10.1PZLSB	NÃO	18H44	AC
851/10.8S5LSB	NÃO	12H52	AC
876/10.3SILSB	NÃO	19H49	AC
88/10.6PQLSB	SIM	-	FA
880/10.1POLSB	NÃO	12H15	AC
90/10.8SGLSB	NÃO	16H29	AC

924/10.7SILSB	NÃO	12H30	AC
93/10.2SDLSB	NÃO	15H30	AC
972/10.7SILSB	SIM	-	FA
976/10.0SILSB	SIM	-	FA

**Legenda:**

AC – Arguido Confessou

ANC – Arguido não Confessou

FA – Faltou o Arguido

<b>Crime de Condução de Veículo em Estado de Embriaguez</b>			
<b>Nº do Processo</b>	<b>Testemunhou</b>	<b>Fim do Julgamento</b>	<b>Circunstâncias</b>
1027/10.0SILSB	NÃO	17H55	AC
103/10.3SILSB	NÃO	15H44	AC
1034/10.2SILSB	NÃO	12H40	AC
1050/10.4SILSB	NÃO	16H45	AC
107/10.6PALSB	SIM	-	FA
1079/10.2SILSB	NÃO	17H30	AC
108/10.4PZLSB	NÃO	11H12	AC
108/10.4PZLSB	NÃO	11H12	AC
108/10.4SILSB	SIM	-	FA
1109/10.8SILSB	SIM	-	FA
112/10.2SELSB	NÃO	17H58	AC
1128/10.4SILSB	NÃO	12H59	AC
114/10.9S9LSB	NÃO	10H58	AC
1197/10.7SILSB	NÃO	17H33	AC
1198/10.5SILSB	NÃO	16H51	AC
12/10.6SGLSB	SIM	-	FA
1209/10.4SILSB	NÃO	18H01	AC
1267/10.1SILSB	NÃO	14H52	AC
13/10.4SGLSB	SIM	-	FA
1300/10.7SILSB	NÃO	14H50	AC
136/10.0SGLSB	SIM	-	FA
138/10.6SFLSB	NÃO	16H45	AC
1390/10.2SILSB	NÃO	15H58	AC
1403/10.8SILSB	NÃO	18H50	AC
1405/10.4SILSB	NÃO	17H59	AC
1414/10.3SILSB	NÃO	18H35	AC
1449/10.6SILSB	NÃO	11H15	AC
145/10.9XCLSB	NÃO	15H45	AC
1464/10.0SILSB	SIM	-	FA
147/10.5SGLSB	NÃO	17H10	AC
1473/10.9SILSB	NÃO	10H30	AC

1480/10.1SILSB	SIM	-	FA
15/10.0S9LSB	NÃO	16H18	AC
153/10.0SCLSB	NÃO	13H07	AC
1533/10.6SILSB	SIM	-	FA
154/10.8PDLSB	NÃO	17H16	AC
157/10.2SFLSB	NÃO	15H00	AC
157/10.2XELSB	NÃO	17H42	AC
158/10.0SILSB	NÃO	16H30	AC
159/10.9SDLSB	NÃO	18H43	AC
160/10.2SCLSB	NÃO	16H00	AC
160/10.2SFLSB	SIM	-	FA
1658/10.8SILSB	NÃO	15H30	AC
1675/10.8SILSB	NÃO	19H08	AC
1712/10.6SILSB	SIM	-	FA
1741/10.0SILSB	NÃO	17H17	AC
1746/10.0SILSB	NÃO	16H45	AC
177/10.7SGLSB	NÃO	16H23	AC
18/10.5SNLSB	NÃO	10H40	AC
182/09.6SNLSB	SIM	-	FA
182/10.3SILSB	SIM	-	FA
185/10.8SCLSB	NÃO	14H29	AC
189/10.0PQLSB	SIM	-	FA
19/10.3SNLSB	NÃO	16H02	AC
193/10.9SDLSB	SIM	-	ANC
196/10.3SILSB	NÃO	16H30	AC
199/10.8SILSB	SIM	-	FA
20/10.7SCLSB	NÃO	16H07	AC
20/10.7SCLSB	NÃO	16H07	AC
20/10.7SNLSB	NÃO	11H25	AC
211/10.0SGLSB	NÃO	13H25	AC
230/10.7S9LSB	SIM	-	FA
236/10.6PQLSB	SIM	-	FA
236/10.6XCCLSB	NÃO	17H18	AC
238/10.2XCCLSB	SIM	-	FA
242/10.0SILSB	SIM	-	FA
246/10.3PMLSB	SIM	-	FA
25/10.8SCLSB	NÃO	18H37	AC
254/10.4SELSB	SIM	-	FA
259/10.5S9LSB	NÃO	16H00	AC
271/10.4SILSB	SIM	-	FA
273/10.0SILSB	SIM	-	FA
274/10.9SILSB	SIM	-	FA

276/10.5SGLSB	SIM	-	FA
277/10.3SGLSB	NÃO	18H55	AC
286/10.2SILSB	NÃO	15H07	AC
306/10.0SILSB	NÃO	10H40	AC
308/10.7SILSB	NÃO	19H12	AC
31/10.2XELSB	NÃO	18H20	AC
321/10.4PELSB	NÃO	15H40	AC
325/10.7PKLSB	NÃO	15H59	AC
328/10.1SILSB	SIM	-	FA
337/10.0SELSB	NÃO	18H35	AC
339/10.7PALSB	NÃO	17H03	AC
34/10.7XELSB	NÃO	16H15	AC
341/10.9SELSB	SIM	-	FA
342/10.7SELSB	SIM	-	FA
345/10.1PLLSB	NÃO	13H27	AC
38/10.0SGLSB	SIM	-	FA
380/10.0SFLSB	NÃO	18H50	AC
381/10.8SFLSB	SIM	-	FA
383/10.4SGLSB	SIM	-	FA
395/10.8PQLSB	NÃO	12H20	AC
398/10.2SILSB	NÃO	17H15	AC
399/10.0POLSB	NÃO	19H11	AC
40/10.1S4LSB	NÃO	16H50	AC
407/10.5PQLSB	NÃO	18H25	AC
408/10.3SFLSB	SIM	-	FA
409/10.1SFLSB	SIM	-	FA
413/10.0PULSB	NÃO	11H00	AC
414/10.8SELSB	NÃO	16H30	AC
423/10.7SILSB	SIM	-	FA
426/10.1SILSB	NÃO	16H40	AC
432/10.6SILSB	SIM	-	FA
435/10.0SILSB	NÃO	15H57	AC
447/10.4SILSB	SIM	-	FA
484/10.9SILSB	NÃO	10H48	AC
487/10.3PBLSB	NÃO	15H20	AC
49/10.5SCLSB	SIM	-	FA
49/10.5SILSB	NÃO	12H00	AC
496/10.2PCLSB	NÃO	17H49	AC
497/10.0SILSB	NÃO	18H12	AC
499/10.7SILSB	NÃO	12H30	AC
50/10.9SCLSB	SIM	-	ANC
506/10.3SGLSB	NÃO	16H25	AC

526/10.8SILSB	SIM	-	FA
53/10.3S9LSB	SIM	-	ANC
533/10.0SILSB	SIM	-	FA
534/10.9SILSB	NÃO	18H50	AC
539/10.0PSLSB	SIM	-	FA
550/10.0SILSB	NÃO	17H30	AC
570/10.5PELSB	NÃO	16H05	AC
571/10.3SILSB	SIM	-	ANC
581/10.0SGLSB	SIM	-	FA
582/10.9SILSB	SIM	-	FA
602/10.7S6LSB	NÃO	15H55	AC
603/10.5SELSB	NÃO	15H15	AC
605/10.1SELSB	NÃO	11H46	AC
63/10.0SFLSB	NÃO	16H18	AC
64/10.9SFLSB	NÃO	16H50	AC
648/10.5SILSB	SIM	-	FA
669/10.8SILSB	NÃO	15H46	AC
679/10.5SILSB	NÃO	16H35	AC
680/10.9SILSB	SIM	-	FA
69/10.0SELSB	NÃO	15H06	AC
691/10.4SILSB	NÃO	16H40	AC
7/10.0S9LSB	NÃO	11H33	AC
7/10.0SCLSB	NÃO	17H02	AC
70/10.3XBLSB	NÃO	17H20	AC
72/10.0SILSB	NÃO	12H17	AC
720/10.1SILSB	SIM	-	FA
721/10.0SILSB	NÃO	16H46	AC
726/10.0SILSB	NÃO	17H03	AC
734/10.1SILSB	NÃO	17H20	AC
736/10.8SILSB	SIM	-	FA
739/10.2SILSB	SIM	-	FA
754/10.6SELSB	NÃO	18H50	AC
79/10.7SCLSB	NÃO	16H15	AC
794/10.5PYLSB	SIM	-	FA
8/10.8S9LSB	NÃO	18H15	AC
855/10.0SILSB	SIM	-	FA
86/10.0SILSB	NÃO	15H31	AC
88/10.6SILSB	NÃO	17H24	AC
88/10.6XEELSB	NÃO	17H05	AC
88/10.6XEELSB	NÃO	17H05	AC
90/10.8SGLSB	NÃO	16H29	AC
901/10.8PYLSB	NÃO	15H20	AC

91/10.6S9LSB	SIM	-	FA
91/10.6SILSB	SIM	-	FA
911/10.5SILSB	SIM	-	FA
95/10.9SCLSB	SIM	-	FA
95/10.9SILSB	SIM	-	FA
962/10.0SILSB	SIM	-	FA
971/10.9SILSB	NÃO	16H45	AC
978/10.6SELSB	SIM	-	FA
985/10.9PKLSB	SIM	-	FA

**Legenda:**

AC – Arguido Confessou

ANC – Arguido não Confessou

FA – Faltou o Arguido

## Anexo 5 – Pedido de autorização para recolha dos dados no Tribunal da Comarca de Amadora



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E  
SEGURANÇA INTERNA  
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor  
Juiz de Direito do Tribunal de Pequena  
Instância Criminal da Comarca da Amadora

**S/Referência**

**S/Comunicação**

**N/Referência**

**Data**

52/SECDE/2012

2012-01-30

**Processo:**

**Classificador:** 080.10.02

**Assunto:** PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE  
MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora. Aos alunos finalistas, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna confere a possibilidade de escolherem livremente o assunto a abordar.

Uma das alunas do 5.º ano do CMICP, Marta Filipa Carvalhø Duarte, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar, subordinado ao tema "A dispensa de comparência da testemunha policial na audiência de julgamento em processo sumário - Arguidos detidos por condução de veículo em estado de embriaguez ou condução de veículo sem habilitação legal", do qual é Orientador o Superintendente Paulo Lucas, vem solicitar a V. Exa. autorização para a consulta dos processos, já julgados, pelos crimes de condução em estado de embriaguez e falta de habilitação legal.

Agradecendo antecipadamente toda a colaboração prestada, para o sucesso do trabalho a realizar pela aluna, apresento a V. Exa. os melhores cumprimentos.

O Diretor

José Ferreira de Oliveira  
Superintendente



## Anexo 6 – Autorização para recolha dos dados no Tribunal da Comarca de Amadora

15/04/12

FW: PEDIDO DE COLABORAÇÃO

### **FW: PEDIDO DE COLABORAÇÃO**

ISCPSI - Direcção Ensino

**Enviado:** quarta-feira, 1 de Fevereiro de 2012 10:28

**Para:** Marta Filipa Carvalho Duarte

**Cc:** elachambel@gmail.com

Sra. Aspirante Marta Duarte,

Faço o reencaminhamento deste e-mail com a resposta ao pedido de colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

Jorge Carvalho

Agente Principal

---

**De:** Correio Oficial [mailto:amadora.sj@tribunais.org.pt]

**Enviada:** quarta-feira, 1 de Fevereiro de 2012 09:15

**Para:** ISCPSI - Direcção Ensino

**Assunto:** FW: PEDIDO DE COLABORAÇÃO

---

**De:** Sílvia Bidarra [mailto:silvia.m.bidarra@juizes-csm.org.pt]

**Enviada:** terça-feira, 31 de Janeiro de 2012 18:43

**Para:** 'Correio Oficial'

**Assunto:** RE: PEDIDO DE COLABORAÇÃO

Autoriza-se a consulta dos processos, junto deste Tribunal.

Com os melhores cumprimentos,

Sílvia Maria Bidarra

**De:** Correio Oficial [mailto:amadora.sj@tribunais.org.pt]

**Enviada:** terça-feira, 31 de Janeiro de 2012 11:34

**Para:** silvia.m.bidarra@juizes-csm.org.pt

**Assunto:** FW: PEDIDO DE COLABORAÇÃO

---

**De:** ISCPSI - Direcção Ensino [mailto:de.iscpsi@psp.pt]

**Enviada:** terça-feira, 31 de Janeiro de 2012 9:57

**Para:** amadora.sj@tribunais.org.pt

**Assunto:** PEDIDO DE COLABORAÇÃO

Exmo. Sr.

Meritíssimo Juiz de Direito do Tribunal de Pequena Instância Criminal da Comarca da

Amadora

Encarrega-me a Diretora de Estágio, Comissário Élia Chambel, de enviar a V. Exa. o pedido de colaboração, no âmbito do trabalho de Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, da Aspirante a Oficial de Polícia Marta Filipa Carvalho Duarte.

Com os melhores cumprimentos,

Jorge Afonso de Almeida Carvalho

Agente Principal

Secretaria Escolar

Direcção de Ensino

<https://webmail.msi.mai.gov.pt/owa/?ae=item&i=IPM.Note&id=RgAAAAAazXU0tvMURq7uvTly5yT%...>

1

Anexo 7 – Matriz elaborada com base nos dados recolhidos no Tribunal da  
Comarca de Amadora

Crime de Condução de Veículo sem Habilitação Legal					
Nº do Processo	Presença Policial	Circunstâncias	Nº do Processo	Presença Policial	Circunstâncias
241/09.5T2AMD	NÃO	-	251/09.2PAAMD	NÃO	-
97/09.8PAAMD	NÃO	-	912/09.6PDAMD	NÃO	-
64/09.1PJAMD	NÃO	-	271/09.7PAAMD	NÃO	-
85/09.4PTAMD	NÃO	-	565/09.1PGAMD	NÃO	-
118/09.4PAAMD	NÃO	-	277/09.6PAAMD	SIM	FA
270/09.9GTCSC	NÃO	-	838/09.3GBCLD	NÃO	-
557/09.0PBMTA	SIM	FA	302/09.0PAAMD	NÃO	-
90/09.0PTAMD	SIM	FA	305/09.5PAAMD	NÃO	-
730/09.1PCAMD	NÃO	-	303/09.9PAAMD	NÃO	-
123/09.0PAAMD	NÃO	-	295/09.4PAAMD	NÃO	-
99/09.4PTAMD	NÃO	-	2232/09.7PBAMD	NÃO	-
108/09.7PTAMD	NÃO	-	1401/09.4PCAMD	NÃO	-
571/09.6PFAMD	NÃO	-	327/09.6PAAMD	NÃO	-
587/09.2PFAMD	NÃO	-	220/09.2PTAMD	NÃO	-
1151/09.1SILSB	NÃO	-	221/09.0PTAMD	NÃO	-
205/09.9PAAMD	NÃO	-	880/09.4PFAMD	NÃO	-
224/09.5PAAMD	NÃO	-	890/09.1PFAMD	NÃO	-
186/09.9PTAMD	SIM	FA	226/09.1PTAMD	SIM	ANC
187/09.7PTAMD	NÃO	-	6/10.1PGAMD	NÃO	-
190/09.7PTAMD	NÃO	-	4/10.5PAAMD	NÃO	-
1384/09.0SILSB	NÃO	-	8/10.8PTAMD	NÃO	-
12/10.6PAAMD	SIM	FA	8/10.8PTAMD	NÃO	-
18/10.5PAAMD	NÃO	-	393/10.1PGAMD	SIM	FA
92/10.4PFAMD	NÃO	-	917/10.4PCAMD	SIM	FA
31/10.2PAAMD	NÃO	-	287/10.0PAAMD	NÃO	-
111/10.4PDAMD	SIM	ANC	789/10.9PFAMD	NÃO	-
39/10.8PAAMD	SIM	FA	302/10.8PAAMD	NÃO	-
24/10.0PTAMD	NÃO	-	1357/10.0T2AMD	SIM	FA
176/10.9SILSB	NÃO	-	1081/10.4PEAMD	NÃO	-
66/10.5PAAMD	NÃO	-	819/10.4PFAMD	NÃO	-
67/10.3PAAMD	NÃO	-	165/10.3PTAMD	NÃO	-
69/10.0PAAMD	NÃO	-	166/10.1PTAMD	NÃO	-
72/10.0PAAMD	NÃO	-	514/10.4PGAMD	NÃO	-
80/10.0PAAMD	NÃO	-	941/10.7PFAMD	NÃO	-
36/10.3PJAMD	NÃO	-	1050/10.4PDAMD	NÃO	-
363/10.0PEAMD	NÃO	-	188/10.2PTAMD	NÃO	-
94/10.0PAAMD	NÃO	-	350/10.8PAAMD	SIM	ANC
438/10.5SILSB	NÃO	-	948/10.4PFAMD	SIM	FA
111/10.4PAAMD	NÃO	-	352/10.4PAAMD	NÃO	-
58/10.4PTAMD	NÃO	-	954/10.9PFAMD	NÃO	-
297/10.8PFAMD	NÃO	-	1214/10.0PEAMD	NÃO	-
366/10.4PCAMD	NÃO	-	1224/10.8PEAMD	NÃO	-

136/10.0PGAMD	NÃO	-	1238/10.8PCAMD	NÃO	-
120/10.3PAAMD	NÃO	-	1005/10.9PFAMD	NÃO	-
128/10.9PAAMD	NÃO	-	197/10.1PTAMD	NÃO	-
129/10.7PAAMD	NÃO	-	383/10.4PAAMD	NÃO	-
430/10.0PCAMD	NÃO	-	1805/10.0SILSB	SIM	FA
161/10.0PGAMD	NÃO	-	840/10.2PBAMD	SIM	FA
570/10.5SILSB	NÃO	-	172/10.6PAAMD	NÃO	-
69/10.0PTAMD	NÃO	-	81/10.9PTAMD	SIM	FA
70/10.3PTAMD	NÃO	-	549/10.7PDAMD	NÃO	-
811/10.9T2AMD	SIM	ANC	14/10.2Y9SNT	NÃO	-
72/10.0PTAMD	NÃO	-	93/10.2PTAMD	NÃO	-
761/10.9PBAMD	NÃO	-	96/10.7PTAMD	NÃO	-
150/10.5PAAMD	NÃO	-	663/10.9PCAMD	NÃO	-
409/10.1PFAMD	NÃO	-	198/10.0PAAMD	NÃO	-
77/10.0PTAMD	NÃO	-	102/10.5PTAMD	NÃO	-
439/10.3PFAMD	SIM	FA	712/10.0PFAMD	NÃO	-

**Legenda:**

AC – Arguido Confessou

ANC – Arguido não Confessou

FA – Faltou o Arguido

Crime de Condução de Veículo em Estado de Embriaguez					
Nº do Processo	Presença Policial	Circunstâncias	Nº do Processo	Presença Policial	Circunstâncias
825/09.1PBAMD	NÃO		202/10.1PDAMD	SIM	FA
72/09.2PTAMD	NÃO	-	42/10.8PTAMD	NÃO	-
279/09.2PFAMD	NÃO	-	239/10.0PFAMD	NÃO	-
110/09.9PAAMD	NÃO	-	349/10.4PEAMD	NÃO	-
85/09.4PTAMD	NÃO	-	350/10.8PEAMD	NÃO	-
1294/09.1PBAMD	NÃO	-	348/10.6PEAMD	NÃO	-
108/09.7PTAMD	NÃO	-	470/10.9PBAMD	NÃO	-
1149/09.0SILSB	NÃO	-	250/10.1PFAMD	NÃO	-
619/09.4PFAMD	NÃO	-	50/10.9PTAMD	NÃO	-
1161/09.9SILSB	NÃO	-	364/10.8PEAMD	NÃO	-
1151/09.1SILSB	NÃO	-	116/10.5PGAMD	NÃO	-
123/09.0PTAMD	NÃO	-	128/10.9PGAMD	NÃO	-
205/09.9PAAMD	NÃO	-	121/10.1PAAMD	NÃO	-
1932/09.6PBAMD	NÃO	-	129/10.7PAAMD	NÃO	-
551/09.1PGAMD	NÃO	-	134/10.3PAAMD	SIM	FA
1995/09.4PBAMD	NÃO	-	338/10.9PFAMD	NÃO	-
264/09.4PAAMD	SIM	-	161/10.0PGAMD	NÃO	-
779/09.4PFAMD	NÃO	-	455/10.5PCAMD	NÃO	-
287/09.3PAAMD	NÃO	-	619/10.1PBAMD	NÃO	-
588/09.0PGAMD	SIM	FA	456/10.3PEAMD	NÃO	-
598/09.8PGAMD	NÃO	-	145/10.9PAAMD	NÃO	-
568/09.6GTCSC	NÃO	-	73/10.8PTAMD	NÃO	-
216/09.4PTAMD	NÃO	-	401/10.6PFAMD	NÃO	-

314/09.4PAAMD	NÃO	-	155/10.6PAAMD	NÃO	-
322/09.5PAAMD	NÃO	-	162/10.9PAAMD	NÃO	-
2232/09.7PBAMD	NÃO	-	165/10.3PAAMD	NÃO	-
221/09.0PTAMD	NÃO	-	840/10.2PBAMD	SIM	FA
223/09.7PTAMD	NÃO	-	174/10.2PAAMD	NÃO	-
226/09.1PTAMD	NÃO	-	173/10.4PAAMD	NÃO	-
336/09.5PAAMD	NÃO	-	84/10.3PTAMD	NÃO	-
3/10.7PTAMD	NÃO	-	1277/10.9PBAMD	NÃO	-
1/10.0PTAMD	NÃO	-	938/10.7PEAMD	NÃO	-
3/10.7PAAMD	NÃO	-	954/10.9PEAMD	NÃO	-
6/10.1PGAMD	NÃO	-	280/10.3PAAMD	SIM	FA
13/10.4PTAMD	NÃO	-	80/10.0SRLSB	NÃO	-
13/10.4PAAMD	NÃO	-	983/10.2PEAMD	NÃO	-
17/10.7PAAMD	NÃO	-	982/10.4PEAMD	NÃO	-
77/10.0PDAMD	NÃO	-	285/10.4PAAMD	NÃO	-
21/10.5PTAMD	NÃO	-	286/10.2PAAMD	NÃO	-
173/10.4PBAMD	SIM	FA	768/10.6PFAMD	NÃO	-
23/10.1PTAMD	NÃO	-	333/10.8PAAMD	NÃO	-
33/10.9PGAMD	NÃO	-	1147/10.0PEAMD	NÃO	-
30/10.4PAAMD	NÃO	-	1563/10.8PBAMD	NÃO	-
38/10.0PAAMD	NÃO	-	176/10.9PTAMD	NÃO	-
148/10.3PFAMD	SIM	ANC	1560/10.3PBAMD	NÃO	-
54/10.1PAAMD	NÃO	-	1562/10.0SILSB	SIM	ANC
286/10.2PBAMD	NÃO	-	1151/10.9PEAMD	NÃO	-
193/10.9PCAMD	NÃO	-	344/10.3PAAMD	NÃO	-
328/10.1PBAMD	NÃO	-	1198/10.5PEAMD	NÃO	-
201/10.3PDAMD	NÃO	-	1197/10.7PEAMD	NÃO	-
202/10.1PDAMD	SIM	FA	196/10.3PTAMD	NÃO	-
42/10.8PTAMD	NÃO	-	1783/10.5SILSB	NÃO	-
239/10.0PFAMD	NÃO	-	1307/10.4PEAMD	NÃO	-
349/10.4PEAMD	NÃO	-	1320/10.1PEAMD	NÃO	-
350/10.8PEAMD	NÃO	-	1414/09.6PCAMD	NÃO	-
348/10.6PEAMD	NÃO	-	250/10.1PFAMD	NÃO	-
470/10.9PBAMD	NÃO	-			

**Legenda:**

AC – Arguido Confessou

ANC – Arguido não Confessou

FA – Faltou o Arguido

## Anexo 8 – Validação da entrevista à Procuradora-Geral Distrital de Lisboa Dra. Francisca Van Dunen

### RE: Validação de Entrevista (Urgente)

Secretariado PGD [secretariado.lisboa.pgd@tribunais.org.pt]

O remetente da mensagem solicitou um recibo de leitura. [Clique aqui para enviar um recibo.](#)  
A mensagem foi enviada com Importância alta.

**Enviado:** sexta-feira, 3 de Fevereiro de 2012 15:24

**Para:** [Marta Filipa Carvalho Duarte](#)

**Anexos:**  [Dissertação de Mestrado.doc \(31 KB\)](#) [[Abrir no Browser](#)]

Boa tarde

Por determinação da Dr<sup>a</sup> Francisca Van Dunem, transmito a V. Ex.<sup>a</sup> o texto após algumas alterações efectuadas.

Com os melhores cumprimentos  
Paula Silva

-----Mensagem original-----

De: Marta Filipa Carvalho Duarte [<mailto:mfcduarte@psp.pt>]

Enviada: quinta-feira, 12 de Janeiro de 2012 18:51

Para: [secretariado.lisboa.pgd@tribunais.org.pt](mailto:secretariado.lisboa.pgd@tribunais.org.pt)

Assunto: Validação de Entrevista (Urgente)

Boa noite,

Venho por este meio enviar a entrevista feita à Sra. Procuradora Geral Distrital de Lisboa, para poder ser validada por V. Ex.<sup>a</sup> de forma a poder ser utilizada na tese de Mestrado em Ciência Policiais.

Atentamente,

Marta Duarte

Aspirante a Oficial de Polícia

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

---

## Anexo 9 – Agradecimento à Procuradora-Geral Distrital de Lisboa Dra. Francisca Van Dunen pela cedência da entrevista



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E  
SEGURANÇA INTERNA  
SECRETARIA ESCOLAR

Exma. Senhora  
Procuradora Geral Distrital de Lisboa  
Dra. Francisca van Dunen

**S/Referência**

**S/Comunicação**

**N/Referência**

**Data**

51/SECDE/2012

2012-01-30

**Processo:**

**Classificador:** 080.10.02

**Assunto:** AGRADECIMENTO

Vimos pelo presente agradecer a V. Exa. a colaboração na cedência da entrevista à aluna Marta Filipa Carvalho Duarte, no âmbito do trabalho de Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, subordinado ao tema “A dispensa de comparência da testemunha policial na audiência de julgamento em processo sumário – Arguidos detidos por condução de veículo em estado de embriaguez ou condução de veículo sem habilitação legal”, do qual é Orientador o Superintendente Paulo Lucas.

Com os melhores cumprimentos

O Diretor

José Ferreira de Oliveira  
Superintendente

Anexo 10 - Entrevista à Procuradora-Geral Distrital de Lisboa Dra.  
Francisca Van Dunen

12 de setembro de 2011

**1 -Concorda com a possibilidade da dispensa de comparência elemento policial em processo sumário nas situações de álcool ou condução sem habilitação legal?**

Concordo com a dispensa do elemento policial, sempre que o contexto permita a dispensa. O fundamento da presença do elemento policial em tribunal, é o da prova testemunhal. Alguém que como testemunha do facto vai a tribunal confirmar que aquele facto se verificou. É óbvio que havendo outros meios de prova disponíveis e sendo a presença do elemento policial onerosa não só para a corporação como para a unidade específica em que ele está colocado, como para o Estado em geral, sempre que o contexto permita a dispensa, acho que deveria ser dispensado.

**2 -Existem juristas que discordam destas dispensas utilizando como argumento a violação do princípio da presunção de inocência, mas nestes casos as provas materiais existem e como tal este princípio está salvaguardado. Além disso é ou não viável a notificação do elemento para comparecer mais tarde em tribunal caso se venha a considerar necessário?**

O elemento policial poderá sempre comparecer mais tarde em tribunal. Se fizermos uma avaliação do custo da presença em tribunal sobretudo pelo tempo que esses atos normalmente demoram e que podem implicar uma manhã ou uma tarde, se fizer a avaliação financeira disso, o processo acaba por custar caríssimo, independentemente das dificuldades que hoje temos, que são contextuais e que têm que ver com a crise. Uma das componentes do custo do processo é justamente a presença do elemento que poderia eventualmente estar a cumprir outras tarefas noutro lugar, mas que está alocado durante uma manhã ou durante uma tarde, ou até, às vezes eventualmente uma manhã e tarde a um julgamento sumário.

**3 -Na minha opinião e do ponto de vista quem conhece internamente a PSP, quando estas situações ocorrem, por exemplo, numa operação noturna, e o elemento policial no dia a seguir está de folga e o facto de poder ser dispensado só iria criar uma maior motivação para os próprios elementos o que só iria contribuir para toda esta situação.**

Claro, claro!

**4 - Existe alguma norma, circular ou orientação por parte da PGR ou da PGDL relativamente a esta matéria?**

Não há nenhuma orientação específica por parte da Procuradoria-Geral Distrital. Aquilo que os Senhores Magistrados fazem é um pouco casuístico e sobretudo concertado entre as coordenações locais e as unidades que servem as comarcas, até ao nível de cada comarca fazem-se reuniões em que, de alguma forma, se definem práticas que

funcionam quer para o processo sumário quer para os inquéritos e o que normalmente acontece é que as unidades locais, unidades territoriais locais, representam aos magistrados todas as dificuldades que têm e os magistrados coordenadores costumam, em função disso, adequar as necessidades de deslocação dos agentes a tribunal.

Há uma orientação da PGR, veiculada por uma circular de 1987 (4/87) que recomenda aos senhores magistrados que só em caso de necessidade comprovada arroleem como testemunhas ou declarantes agentes de polícias criminais.

**5 - Então isto dizer que cada comarca é independente apesar de poder seguir as orientações dadas pela PGR?**

Não. Havendo instruções específicas da PGR as comarcas devem segui-las. O que se faz localmente é a avaliação da necessidade e da possibilidade de dispensa, face às exigências de prova dos senhores Juízes.

**6 - Pensa que seria vantajoso que todas as comarcas adotarem este acordo?**

As comarcas podem adotar, mas o que é que acontece!? Existe uma outra condicionante que são os senhores juízes. Há senhores juízes entendem que é essencial para a prova a presença do agente que autuou. Não há nada a fazer.

**7 - Mas na sua opinião não seria melhor haver primeiro o julgamento, e aí, caso fosse necessária a comparência do elemento policial, este fosse notificado?**

Isso era factível, eu penso até, que se enquadraria na orientação da PGR.

**8 - Quais as razões que aponta para a falta de uniformidade entre as comarcas?**

Cada coordenador faz a sua avaliação de contexto. Para além da opinião jurídica há aqui uma avaliação de contexto. Em muitas circunstâncias aquilo que se verifica é que há coisas que têm que ver com práticas muito arreigadas. Muitas vezes os coordenadores sabem que os magistrados judiciais com quem trabalham na comarca entendem que a presença é necessária, ou não estão disponíveis para aguardar que venha o agente. Ou seja, não querem utilizar o sistema de iniciarem o julgamento e se se mostrar necessário chamam então o agente autuante porquê?! Porque acham que com isso perdem tempo, na hipótese de ser necessário vir o agente autuante, já que é preciso chamar o agente autuante, marcar um outro dia para continuação, ou eventualmente ficar a aguardar. Portanto muitas das vezes, há uma indisponibilidade também dos juízes para essa solução.

**9 - Se nas reuniões efetuadas houvesse uma opinião de que este acordo deveria ir avante pensa que a maioria das comarcas iria aceitar esta situação? Ou só constando no Código Processual Penal, tal como consta na proposta de 2007 de alteração do CPP feita pelo sindicato dos magistrados do MP?**

Eu diria que a única forma de se alterar isso radicalmente é efetivamente através do CPP. Se houver uma previsão de dispensa, de presença do agente autuante no julgamento. Porque de outra forma há sempre um condicionamento, haverá sempre



situações em que haverá uns que entendem que é necessário, que é estritamente necessário, e haverá outras situações que mesmo que não se entenda que é estritamente necessário não se quer correr o risco de a defesa vir a suscitar a necessidade da presença do agente para dirimir qualquer dúvida que eventualmente se possa suscitar. Alias, é função da defesa também, num certo sentido, criar a dúvida ao tribunal, uma dúvida razoável que justifique a absolvição. E portanto, existindo esse risco, haverá magistrados que não estão disponíveis para fazer um compasso de espera para que venha o agente, ou ter que marcar uma outra data para o agente se apresentar.

**10 - Julga que o facto de nem todas as comarcas concordarem com a dispensa de comparência em tribunal por parte dos elementos policiais, se deve apenas às distintas opiniões dos Srs. Juízes ou a algo inconstitucional, como por exemplo a violação do princípio da presunção de inocência?**

Admito que possa haver opiniões nesse sentido, mas penso que neste caso as questões que se podem colocar, não são questões de constitucionalidade. O que pode haver são questões de ordem prática. Não penso que isso possa suscitar questões ligadas à presunção de inocência. Hoje o Auto de Notícia não tem valor reforçado. O auto não constitui prova. Havendo outros elementos de prova e funcionando o agente autuante como testemunha, não tendo o depoimento dele sequer valor acrescido não vejo como se põe em causa a presunção de inocência. Se fizermos uma análise, se esmiuçarmos as situações em que costuma haver julgamento em processo sumário, verificamos a inexistência da presença do autuante. Na condução sem habilitação legal que é uma das categorias em que mais se verificam julgamentos em processo sumário, não é o facto de o agente autuante declarar que o arguido não tem habilitação legal que determina a condenação. O que leva à condenação é a inexistência de registo oficial da habilitação legal, comprovável por acesso aos registos disponíveis nas bases de dados públicas.

Penso que neste caso são mais questões cautelares. Há o aspeto cultural, indiscutivelmente. A prática de o arguido vir acompanhado do agente, e de o agente contar a história ao tribunal e o tribunal ficar confortado com o relato do agente. Curiosamente, no fundo, esta atitude é muito uma reminiscência da lógica do modelo anterior, em que o Auto de Notícia fazia fé em juízo.

## Anexo 11 – Pedido de autorização para aplicação de entrevista ao Superintendente-Chefe Paulo Valente Gomes



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E  
SEGURANÇA INTERNA  
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor  
Diretor Nacional da Polícia de Segurança  
Pública  
(Chefe de Gabinete)

**S/Referência**

**S/Comunicação**

**N/Referência**

**Data**

88/SECDE/2012

2012-02-16

**Processo:**

**Classificador:** 080.10.02

**Assunto:** PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE  
MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora. Aos alunos finalistas, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna confere a possibilidade de escolherem livremente o assunto a abordar.

Uma das alunas do 5.º ano do CMICP, Marta Filipa Carvalho Duarte, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar, subordinado ao tema "Dispensa de comparência dos elementos policiais em julgamentos aquando de detenções por condução em estado de embriaguez e falta de habilitação legal", do qual é Orientador o Exmo. Diretor Nacional Adjunto Paulo Lucas, vem solicitar a Sua Exa. O Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública a concessão de uma entrevista diretiva.

Solicita-se, ainda, caso venha a ser autorizada, que a mesma se realize até ao final do mês de Fevereiro de 2012.

O Diretor

Pedro José Lopes Clemente  
Superintendente



## Anexo 12 – Autorização para aplicação de entrevista ao Superintendente- Chefe Paulo Valente Gomes

16/04/12

FW: Pedido de colaboração em trabalho de dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais...

### **FW: Pedido de colaboração em trabalho de dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (Aspirante Marta Duarte) V/Ofício 88/SECDE/2012**

ISCPSI - Direcção Ensino

Enviado: quarta-feira, 7 de Março de 2012 9:50

Para: Marta Filipa Carvalho Duarte

Cc: Ismael Pereira Gaspar Jorge

Sra. Aspirante Marta Duarte,

Faço o reencaminhamento deste e-mail onde consta a data agendada para a entrevista com SEXA. O Diretor Nacional.

Com os melhores cumprimentos,

Jorge Carvalho  
Agente principal

---

De: Liliana Patrícia Pinto Marinho

Enviada: terça-feira, 6 de Março de 2012 17:33

Para: Pedro Clemente

Cc: Pedro Alberto Nunes Teixeira; 'Ismael Pereira Gaspar Jorge'; Helder Valente Dias; Lúcia Silva

Assunto: Pedido de colaboração em trabalho de dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (Aspirante Marta Duarte) V/Ofício 88/SECDE/2012

**Excelentíssimo Senhor Diretor do ISCPSI**

Encarrega-me Sua Excelência o Diretor Nacional de, relativamente ao solicitado no V/Ofício em referência, atinente ao assunto em epígrafe, informar Vossa Excelência que a entrevista diretiva a realizar com a aluna do 5.º ano do CMICP Marta Filipa Carvalho Duarte, no âmbito da dissertação de mestrado que se encontra elaborar, subordinada ao tema «Dispensa de comparência dos elementos policiais em julgamentos, aquando de detenções por condução em estado de embriaguez e falta de habilitação legal», fica agendada para dia **19 de Março, às 16h00**, sem prejuízo da data poder vir a ser alterada por imperativos de agenda de Sua Excelência o Diretor Nacional.

Muito obrigada pela atenção.

Com os melhores cumprimentos,

**Liliana Patrícia Pinto Marinho**

Comissário | National Police Commissioner  
Adjunta do Gabinete do Diretor Nacional da PSP - Cabinet Assistant

Direção Nacional da PSP  
Largo da Penha de França, n.º 1  
1170-298 Lisboa  
PORTUGAL

T: +351 218 111 051 Ext: 11265  
F: +351 218 111 002  
M: +351 967 038 799  
E: lpmarinho@psp.pt



<https://webmail.msi.mai.gov.pt/owa/?ae=Item&t=IPM.Note&id=RgAAAAAazXU0tvMURq7uvTly5yT%...>

## Anexo 13 - Entrevista ao Superintendente-Chefe Paulo Valente Gomes

19 de março de 2012

### **1 - Concorde com a possibilidade da dispensa de comparência da testemunha policial em processo sumário aquando detenções por condução em estado de embriaguez ou por falta de habilitação legal?**

Na qualidade de Diretor Nacional tenho a preocupação, entre outras, de garantir o máximo de eficiência e de eficácia no uso de recursos humanos de que disponho. Nessa perspetiva todas as medidas que contribuam para libertar os elementos policiais de diligências processuais em que estes possam ser dispensados, e que o tempo possa contribuir para o serviço policial, ou seja, em ações nucleares, como o patrulhamento ou o policiamento de proximidade, vejo essa possibilidade com bons olhos. Como tal, se houver uma alteração legislativa ou no mínimo uma circular do Sr. Procurador Geral da República no sentido de dispensar os nossos agentes desse tipo de diligências processuais, ficaria agradado com a ideia, porque estaria assim, a liberta-los para outro tipo de atividades.

### **2 – Não serão efetivamente as provas materiais presentes em julgamento as suficientes e necessárias, sendo desta forma a prova testemunhal irrelevante para o processo?**

Eu penso que sim, à partida penso a prova testemunhal não vem trazer valor acrescentado no âmbito da produção de prova, se não existir outro tipo de incidente durante a ação de fiscalização, não creio que a prova testemunhal tenha relevância, esta serve apenas para confirmar que realmente houve uma fiscalização, e que o infrator foi detido por excesso de álcool ou por não deter habilitação legal para conduzir, ou seja, não acrescenta nenhuma mais-valia ao processo.

### **3 – Na sua opinião, de que forma poderia este procedimento contribuir para a Polícia de Segurança Pública?**

A minha opinião vai ao encontro da primeira resposta dada. O tempo que muitas vezes os nossos elementos despendem em tribunal, a aguardar o momento de serem chamados a prestar declarações, é um tempo que somado a várias centenas ou alguns milhares de elementos policiais retidos neste tipo de diligências, acaba por penalizar a sua disponibilização para o trabalho policial, se sua presença trouxesse uma mais-valia, mas como não traz, penso que se torna um pouco perda de tempo.

### **4 – Para além do factor motivação que se encontra inerente a esta dispensa, o objeto de estudo do nosso trabalho de investigação versa sobre o provável aumento do número de horas de serviço efetivo dos elementos policiais, e consequente**

**melhoramento no desempenho das atuações policiais. Na sua opinião até que ponto seria importante este aumento do número de horas de serviço efetivo, que na nossa mera conceção é sinónimo de diminuição da criminalidade e consequente redução do sentimento de insegurança da população?**

Esta é uma de várias diligências em que o nosso pessoal é empenhado e que pode ser atenuada, revertendo em muitas horas de serviço efetivo, pois existem imensas ações de fiscalização que dão lugar a este tipo de processos, apesar de não ter a noção exata do número de horas que este tipo de ações envolve, algo que o seu trabalho certamente irá ajudar a perceber, seguramente que serão muitas. Se a esta situação somarmos outras em que os nossos elementos são empenhados, ações que denominamos tarefas saturantes, e as multiplicarmos pelos milhares de Homens e milhares de horas em que são empenhados, iríamos obter, muitas horas em estes poderiam estar concentrados no que realmente é o nuclear da atividade policial, que é trabalhar diretamente para os cidadãos.

**5 - Das quarenta Comarca adstritas ao Distrito judicial de Lisboa apenas as Comarcas de Sintra, Amadora e recentemente Oeiras adotaram este procedimento, pois não existe uma orientação específica a este nível por parte da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, apenas uma circular, de 1987 (4/87), que recomenda aos senhores Magistrados que só em caso de necessidade comprovada arrolem como testemunhas ou declarantes agentes de polícias criminais. A seu ver qual a importância da existência de uma orientação específica por parte da Procuradoria-Geral Distrital?**

Seria importante que houvesse eventualmente, uma nova circular que em vez de apenas recomendar, determinasse. Essa é a competência do Sr. Procurador-geral da República, e era importante que o mesmo definisse uma instrução genérica para toda a magistratura de todo o MP, no sentido de aplicar esta medida não a título de recomendação, mas em termos mais injuntivos, mais específicos.

**6 – Segundo a Sra. Procuradora Geral Distrital de Lisboa Dra. Francisca Van Dunen, a única forma de se fazer uma alteração radical relativamente a este procedimento seria através do Código Processo Penal, qual é a sua opinião relativamente a este assunto?**

Concordo que essa seria a solução mais radical e efetiva, mas se não for possível avançar para essa solução a curto médio prazo, poder-se-ia sempre, ainda que transitoriamente, rever a orientação de 1987 do Sr. Procurador-Geral da República e tornar esta circular mais mandatária, no sentido de obrigar os Sr. Magistrados do MP a tomarem a iniciativa, ou seja, não ser uma mera recomendação, mas ser obrigatória. A ideia seria refrescar, atualizar a circular que é de 1987.

**7 - Na opinião de Francisca Van Dunen o que leva os Juízes a requerer a presença da testemunha policial em tribunal são questões meramente cautelares, de nível cultural, o que pensa desta situação?**

Tendo a concordar com a posição da Sra. Procuradora Dra. Francisca Van Dunen, de que há uma explicação de natureza cultural, que tem a ver com a mentalidades e que de facto, os Srs. Magistrados preferem ser cautelosos, querendo por isso a presença do elemento policial, nem que seja meramente para confirmar o que consta do Auto de Notícia, não tendo que marcar nova data para comparência da testemunha policial.

**8 – O que pensa que poderia ser feito para alterar esta situação?**

O que poderei fazer numa primeira oportunidade é colocar a questão à tutela e eventualmente, quando houver uma reunião do próprio conselho provador dos OPC, suscitar a questão junto do Sr. Procurador-Geral da República, relembrando-o da existência da circular 4/87 e ver qual a sua receptividade para rever essa circular, ou então, em ultima instância propor a alteração do CPP, no sentido de dispensar os nossos elementos de comparecer em tribunal.